

Joana Plaza Pinto

As armadilhas da referência

e o mal-entendido

- problemas de alguns pressupostos teóricos -

Orientador: Prof. Dr. Kanavillil Rajagopalan

Joana Plaza Pinto

**AS ARMADILHAS DA REFERÊNCIA
E O MAL-ENTENDIDO
- problemas de alguns pressupostos teóricos -**

Dissertação apresentada ao Curso de
Lingüística do Instituto de Estudos
da Linguagem da Universidade Esta-
dual de Campinas como requisito
parcial para a obtenção do título de
Mestre em Lingüística.

Orientador: Prof. Dr. Kanavillil Rajagopalan

Campinas
Instituto de Estudos da Linguagem

1998

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

P658a Pinto, Joana Plaza
As armadilhas da referência e o mal-entendido: problemas de alguns pressupostos teóricos / Joana Plaza Pinto. -- Campinas, SP: [s. n.], 1998.

Orientador: Kanavillil Rajagopalan
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Referência (linguística) 2. Pragmática 3. Semântica I. Rajagopalan, Kanavillil. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Este exemplar é a redação final da tese
defendida por Seana Braga Pinto

e aprovada pela Comissão Julgadora em
13 / 03 / 98.

Prof. Dr. Kanavillil Rajagopalan

Helena H. Nagamine Brandão
Profa. Dra. Helena H. Nagamine Brandão

Kanavillil Rajagopalan
Prof. Dr. Kanavillil Rajagopalan

Maria Fausta Pereira de Castro
Profa. Dra. Maria Fausta Pereira de Castro

Campinas, 13 de fevereiro de 1998.

Você certa vez entrou em minha vida e tirou-me do sono, salvou-me da servidão, conduziu-me em segurança através da floresta. Não posso fazer menos por você. Será que podemos sair juntos do conto de fadas e entrar no futuro lado a lado?"

(M. Kolbensschlag)

Para o Gil e a Albineiar, por terem sempre me encorajado a
sair do conto de fadas.

Para o Claudio, a Irene, o Pedro e a Míriam; não posso fazer
menos por vocês!

Para o M. André, que entrou no futuro comigo, lado a lado.

Agradeço

pelo financiamento desta pesquisa nos vinte e quatro meses que ela custou, a CAPES; e pela ajuda de custo para a participação em encontros e seminários diversos, todos momentos importantes na reflexão e divulgação do trabalho, à Pós-Graduação em Lingüística/IEL/UNICAMP.

pela paciência e disponibilidade permanentes, a todos os funcionários da biblioteca do IEL. Também à Rose, à Beth e ao Rogério, da secretaria de Pós-Graduação, pelo profissionalismo e bom humor de sempre. E a todo o pessoal do serviço de informática, que me ajudou quando precisei, ou seja, sempre.

pela confiança e respeito, e, principalmente, por me ajudar a desconstruir minha noção de referência e alguns dos meus mitos sobre a linguagem, ao Prof. Dr. Kanavillil Rajagopalan.

por terem acompanhado o trabalho, em diferentes momentos, em especial na banca de qualificação, e ajudado a repensá-lo, à Profa. Dra. Maria Fausta Pereira de Castro e à Profa. Dra. Inês Signorini.

por terem aceito o convite à leitura e ao debate na banca de defesa, à Profa. Dra. Helena N. Brandão, e novamente à Profa. Dra. Maria Fausta P. de Castro.

pelo amor que me despertaram aos inúmeros fenômenos que chamamos 'linguagem', à Profa. Lydia Poleck e ao Prof. Oto A. Vale, da Universidade Federal de Goiás.

pelo apoio e convivência nos meses de estudos dentro e fora do IEL, aos amigos André Alves e Márcio Renato, e às amigas Daniela, Cristiane, Gláucia, Maria Helena, Paula, Roberta e Sheila.

por fazerem parte da minha vida há tanto tempo e por terem me feito acreditar em mim, a Odislene, Eliane, Lenise, Rurany, Gelva e Kemle.

Sumário

Introdução	8
Capítulo 1	13
A referência bem sucedida e seus pressupostos teóricos	
1. Prelúdio	13
2. Pequena história do tratamento da referência	18
3. Alguns pressupostos teóricos do tratamento da referência de Frege a Donnellan	42
Capítulo 2	48
O mal-entendido e as armadilhas dos pressupostos teóricos da referência bem sucedida	
1. Epílogo	48
2. A relação da referência com um problema de comunicação: o mal-entendido	52
3. Negando a oposição sucesso/fracasso da referência	63
4. Um último esforço em direção aos dêiticos	75
Capítulo 3	82
Às últimas conseqüências	
1. A referência revisada	82
2. A transformação	87
Referências bibliográficas	97
Bibliografia consultada	103

Resumo

Esta dissertação de mestrado tem como objeto de estudo a referência lingüística. Seu objetivo principal é analisar os pressupostos teóricos dos estudos sobre a referência, dentro do âmbito da Semântica Lógica de tradição analítica, que aparecem quando o problema do fracasso da referência é colocado. Através das críticas feitas por Quine (1968), Rorty (1994), Kaplan (1978) e Rajagopalan (1996), esta pesquisa procura mostrar que a presença marcante de determinados pressupostos teóricos tem impossibilitado uma abordagem ampla do problema da referência, e minimizado os efeitos de fenômenos da linguagem em uso, como o mal-entendido, na descrição do funcionamento referencial. Dessa forma, situações como o mal-entendido tem sido tratadas como desvio, baseado num modelo de referência lingüística “correta”, “esperada” na atividade de fala.

Entretanto, argumentamos que a recorrência desses fatos ditos “fracassados” na atividade de linguagem requer a incorporação de fenômenos de “desvio” na descrição da referência lingüística, e requer também uma proposta de descrição holística do funcionamento referencial, criticando os pressupostos em que se centram os estudiosos analíticos.

“É simultaneamente a história da lingüística, a confrontação de suas teorias, a prática do lingüista sobre a linguagem na sua especificidade que devem ser interrogadas quando se quer apreender alguma coisa da materialidade da língua enquanto objeto de conhecimento.”

(P. Henry)

Introdução

Ocorre que toda teoria sobre a linguagem é também uma teoria sobre a referência. (Rajagopalan, 1996, 229)

Este trabalho é fruto de questionamentos que se iniciaram logo que entrei em contato com as teorias da referência. Questionamentos que não foram todos elaborações críticas sobre o tema. Em princípio, as perguntas se limitavam aos problemas mais corriqueiros: quais são as expressões lingüísticas que funcionam como referenciais? como funcionam expressões referenciais em geral? como diferenciar referência singular de referência genérica? Em meio às respostas, outras perguntas surgiam. E foi possível armar uma rede de inquirição até: o que são sintagmas nominais definidos que não referem? Esta me fez saber de uma polêmica

bastante produtiva: as ambigüidades referenciais. Achei bastante instigante, e acredito que seja para todos os interessados pela referência, tomar conhecimento do debate sobre referência específica e não específica, ou sobre expressões atributivas e referenciais, ou sobre a opacidade referencial.

Pelos termos que utilizei até aqui é possível notar que as teorias a que fui exposta fincam raízes na chamada Filosofia Analítica da Linguagem. Minha crítica, ou melhor, a oportunidade de pensar sobre as motivações de tais teorias se origina, então, nestes estudos analíticos sobre a referência. Mas só foi possível criticar quando me interessei em saber a história desses estudos. Rorty (1994) me fez ter acesso também ao termo ‘filosofia da linguagem pura’ para nomear os trabalhos que falam sobre os tais sintagmas que não referem e sobre as ambigüidades referenciais. Essa filosofia se mostra como tendo uma história bastante divulgada por oferecer argumentos consistentes e produtivos sobre os problemas referenciais. Ou seja, os estudos semânticos que se apoiam nos trabalhos de Frege, de Russell, de Strawson, ou do Wittgenstein do *Tratado lógico-filosófico*, são respeitados pelos critérios firmes adotados para proferir sentenças sobre os fenômenos referenciais. Na terminologia da filosofia crítica da ciência, o vocabulário analítico está estabelecido pela história de um paradigma, pelo conjunto de estudos em filosofia e também em outras áreas que vieram explicar não somente ‘referência’,

como eu inicialmente tive acesso, mas também ‘conhecimento’ e ‘inquirição’.

Pude ler, mais tarde, alguns textos que estabeleciam essa relação anterior entre teoria da referência e teoria do conhecimento, e ainda se acresciam de contra-argumentos àqueles critérios analíticos reconhecidamente inabaláveis para problemas referenciais. Sem dúvida fiquei fascinada, talvez menos pelo que havia nestes textos críticos do que pelo que eles me faziam ver nos textos analíticos. Foi nesse processo que surgiu o interesse de reler as teorias semânticas da referência no terreno da Filosofia Analítica, não mais para saber o que é referência, mas para compreender como os autores, no decorrer do século em que se consolidaram seus estudos, respondiam a essa questão. O que, em outras palavras, poderia ser perguntado: como se formou, para responder a quais tipos de problemas, com o intuito de chegar a quais tipos de conclusões, a tradição analítica sobre referência?

Logo pude perceber que para responder a essa pergunta, muitos caminhos poderiam ser tomados. Por isso, retornei ao aspecto da referência que havia me interessado com maior ênfase: a ambigüidade referencial. Mas a essa altura, a discussão já estava, para mim, repleta de nuances. O tema da comunicação corria paralelo ao da referência nos estudos que fazia, e eu estava contaminada pela idéia de compreender também os problemas comunicacionais da referência. *O mal-entendido* era exatamente o problema de comunicação mais ligado às ambigüidades

referenciais. E mais ainda: esse fenômeno, pelas diversas intempéries que ele produzia no ato de referir, colidia com muitos argumentos das teorias analíticas da referência porque se apresentava com frequência como contra-exemplo para as conclusões dessa tradição.

Assim, elaborei um procedimento para esta empreitada de conhecer o construto teórico analítico sobre referência. No primeiro capítulo, tomarei textos clássicos sobre a referência. Estes textos tratam em sua maioria sobre a referência singular definida, e não sobre todos os casos de referência. Selecionei-os porque 1) são consagrados debates que resultaram como sustentação para os argumentos de muitas outras discussões na Filosofia Analítica; 2) os problemas que os autores encontraram nos casos de referência singular definida, como as expressões referenciais que nada denotam, ou as expressões que possuem sentido mas não referência, são recorrentes como situações que o falante classifica como mal-entendido. Dessa forma, estarei empenhada no capítulo 1 a repetir o caminho feito de Frege a Donnellan, não somente para listar seus argumentos a respeito das expressões referenciais definidas, mas principalmente para extrair deles, apoiada nas críticas de Rorty (1994), os pressupostos sobre os quais está construída a teoria analítica da referência.

No segundo capítulo, apontarei algumas críticas a esses pressupostos. A partir em especial de Quine (1968), mas também Davidson (1986) e Kaplan (1978), procurarei abordar problemas que tornam a argumentação da filosofia da linguagem pura inapropriada aos fenômenos

referenciais. Neste sentido, o mal-entendido me servirá como um contra-exemplo, tanto pensado como um elemento desconcertante para o esquema analítico da referência, quanto pensado como elemento excluído pelos pressupostos teóricos desse esquema. Assim, o mal-entendido, ou como por vezes utilizarei, a “*referência fracassada*” é o pretexto para sustentar minhas críticas ao modelo de referência bem sucedida que encontramos nos estudos de Frege a Donnellan. Não abarcarei, portanto, todos os tipos de mal-entendido já discutidos pela literatura. Os que me interessam são aqueles que estão relacionados com problemas clássicos da Semântica Lógica, ou seja, aqueles que problematizam certos tratamentos dados aos problemas referenciais no vocabulário analítico, *os mal-entendidos referenciais*.

Para finalizar, retomarei conclusivamente alguns dos argumentos críticos que apresentarei, e procurarei apontar uma outra interpretação ao tradicional modelo de referência, de modo que se possa explicar o funcionamento também do “fracasso” referencial.

Este resultado final do meu projeto de estudo de compreender o funcionamento da referência é, antes de mais nada, uma confrontação teórica para o entendimento da história desse problema lingüístico. Espero que seu leitor possa desconstruir, como me propus a fazer, os pressupostos sobre os quais se erguem essa história e todos os seus mitos sobre o ato de referir.

Capítulo 1

*A referência bem sucedida e seus
pressupostos teóricos*

1. Prelúdio

Tão logo comecei a estudar o tema da referência lingüística, fiquei bastante intrigada pelo modo como algumas discussões apresentavam certos problemas referenciais como verdadeiros artifícios para apagar o estudioso desprevenido. Duas leituras em especial me indicaram uma metáfora que me pareceu bastante apropriada às intempéries que filósofos e semanticistas enfrentavam nos textos.

A primeira delas foi a de um capítulo dedicado aos estudos da referência lingüística¹, de Lyons (1980), que afirma, logo nos primeiros parágrafos, que as diferentes utilizações do termo ‘referência’ na literatura especializada pode levar o estudante do tema a cair em “ciladas

terminológicas”. Mais de uma vez pude ler autores diversos preocupados com os problemas terminológicos advindos dos usos variados do termo ‘referência’ e seus relacionados. Para citar alguns exemplos, lembro aqui Kneale & Kneale (1991), que discutem as acepções de Frege para *Sinn* e *Bedeutung*² e de Russell para ‘nome próprio’, entre outros termos da Semântica Lógica, como ‘proposição’ e ‘implicação’. Strawson (1977a), para defender sua proposta para o problema das descrições definidas de Russell, procura dedicar partes de seu trabalho à discussão do termo ‘referir’. Rorty (1994) avança discutindo não somente as acepções de ‘referir’ mas também as consequências teóricas de cada acepção para a filosofia da linguagem.

Esses esforços - digamos - filológicos para se precaver das possíveis “ciladas” do termo ‘referência’, e seus usos no decorrer da história da Semântica, me chegaram acompanhados de textos que tratavam de um outro ponto de debate entre os autores: em vez de se dedicarem às “ciladas terminológicas”, certos autores procuravam se dedicar às “armadilhas” do próprio fenômeno conhecido como referência. Essa forma de expressar certos problemas referenciais me chegou através de um texto de Michel Galmiche (1983), *Les ambiguïtés référentielles* ou

¹ O capítulo 7, Referência, Sentido e Denotação.

² Aliás, esses dois termos, do ensaio de Frege (1978a) Sobre o sentido e a referência (do original alemão *Über Sinn und Bedeutung*, publicado pela primeira vez em *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik*, NF, 100, 1892, p.25-50) são frequentemente submetidos a esclarecimentos sobre suas traduções e usos (como exemplos, cf. Alcoforado (1978); Almeida (1995); Lyons (1980); Ogden & Richards (1972)).

les pièges de la référence. Este artigo objetiva explicitamente organizar os fenômenos abordados como ‘ambigüidades referenciais’, tendo em vista a quantidade de trabalhos que, na época, tomavam conta das revistas especializadas. O que Galmiche nomeou ‘ambigüidades referenciais’, em oposição à ‘ambigüidade sintática’ das discussões entre gerativistas, abrange uma vasta gama de fenômenos relacionados às trocas lingüísticas que permitem a construção da referência. Abordados em três pares dicotômicos (transparência/ opacidade; específico/ não-específico; atributivo/ referencial), que o próprio autor reconhece como insuficientes para abarcar o conjunto de fatos em debate, o trabalho ajuda a perceber o que está em questão na metáfora da ‘armadilha’.

Vale a pena lembrar que Galmiche menciona um bom número de trabalhos acerca da ambigüidade referencial, entre eles os mais famosos, de Quine (1968), Donnellan (1975) e Searle (1979); além de citar uma gama de trabalhos clássicos acerca de referência que acabaram por fazer uso de exemplos relacionados à ambigüidade referencial, como os de Frege (1978a), Russell (1978a; 1978b) e Strawson (1977a). Todos esses textos, com exceção de Quine, parecem concordar com a metáfora da armadilha que Galmiche desenvolve para esses fenômenos referenciais conhecidos como ‘ambigüidade’. Mas deixarei o debate dessa minha colocação para mais adiante. Por enquanto, gostaria apenas de ressaltar que esses dois textos a que me referi, de Lyons e de Galmiche, me indi-

caram que seria possível traduzir a discussão de certos problemas referenciais como “energia despendida para desarmar problemas”.

Esse empenho em solucionar a série de problemas que incomodavam os estudos referencialistas, sejam eles problemas terminológicos ou de delimitação da teoria da referência, pode ser trabalhado de diversas maneiras. Os inúmeros aspectos da questão frutificaram e podem continuar frutificando debates centrados em responder às perguntas feitas para desarmar essas armadilhas. Procurarei aqui encarar um desses aspectos: o de saber em que sentido a tradição Semântica filiada à Filosofia Analítica (entendida aqui, no sentido de Rorty (1994), como aquele vocabulário filosófico que se inicia com os trabalhos de Frege) direcionou suas perguntas e respostas sobre a referência lingüística. Ou melhor, pretendo puxar o fio que une os diversos autores analíticos, interpretando esse fio como o cumprimento da história de um paradigma, no sentido de Kuhn (1987). Paradigma este que, poder-se-ia dizer, se iniciou em Kant, ou talvez diga-se que foi um pouco antes no século XVII³. Masterman (1976) afirma: “Na minha contagem, ele [Kuhn] usa ‘paradigma’ em não menos que vinte e um diferentes sentidos”. Logo em seguida, a autora cita a longa lista de vinte e um sentidos, com trechos do livro de Kuhn, ilustrando cada um dos sentidos que ela contou. Pessoalmente, gostaria de deixar claro aqui que interpreto a noção de paradigma de Kuhn como referindo-se a um conjunto de realizações científicas que

delimita os problemas e os modelos de solução aceitos por uma comunidade científica particular. Ao meu ver, a preocupação forte de Kuhn está em mostrar que um paradigma tem antes de mais nada um lugar na história: ele é fruto de uma comunidade, o que conseqüentemente significa que está sujeito às características dessa comunidade num determinado lugar da sua história. Modelos de análise e relevância de problematização são os elementos de um paradigma. Parece-me, então, que Kuhn reforça o caráter **institucional e histórico da ciência**. A eficácia em determinado momento da história do modelo de análise proposto; a relevância dos problemas para a comunidade, não só científica, mas também a financiadora; ou a aceitação das soluções propostas no grupo; todos esses elementos corroboram para a legitimação de um paradigma.

Os trabalhos sobre filosofia da ciência, diversos e muitas vezes antagônicos, não somente de Kuhn (1987), mas também de Lakatos (1980) e Feyerabend (1980), entre outros, procuram mostrar o que Morin (1994, 18) resumiu numa expressão bastante produtiva: “as teorias científicas, como os *icebergues*, têm uma enorme parte imersa, que não é científica”. O fio que une a tradição analítica no que concerne à referência lingüística é essa parte imersa, cuja visibilidade é impedida pelo próprio paradigma que a constitui.

³ Cf. Foucault [1967?].

2. Pequena história do tratamento da referência

Entre as discussões sobre referência que apontaram para problemas de ambigüidade referencial, uma delas rendeu muitos textos durante décadas. Inúmeros autores trouxeram sua colaboração para a arena de debates. Exemplos foram discutidos exaustivamente. Refiro-me à chamada *ambigüidade em referências singulares definidas*, discutida, na maioria das vezes, através da análise das descrições definidas singulares.

As opiniões divergem quando se trata de definir que expressões lingüísticas poderiam figurar no conjunto das *referenciais singulares definidas*. Strawson (1973) indica como componentes para este conjunto os nomes próprios, pronomes, locuções descritivas que se iniciam por artigo definido, e expressões anafóricas. Essa é a lista mais tradicional entre os autores. Entretanto, Russell (1978a), em nome de princípios lógicos que discutiremos adiante, exclui dessa lista os nomes logicamente próprios e os pronomes pessoais e demonstrativos, elegendo as locuções descritivas definidas como a composição básica da referência singular definida. E são essas últimas que por fim geraram todas as discussões sobre ambigüidade, pois, como muitas locuções descritivas singulares definidas podem não corresponder a qualquer objeto no mundo - e, portanto, seria problemático calcular o valor de verdade das sentenças que elas compõem - os filósofos e semanticistas, que acompanharam Frege e concordaram que referência é o *valor de verdade* da sentença, não pude-

ram se esquivar de discutir as locuções singulares definidas que nada denotam. Passemos a uma pequena história dessa discussão.

O tratamento desse problema parece ter se iniciado mesmo, pelo menos em relação ao que acredito ser importante para o entendimento da discussão, com Frege, em seu artigo *Sobre o sentido e a referência*, originalmente publicado em 1892⁴. A importância desse artigo para a história da pesquisa sobre referência explica-se principalmente pela modificação das idéias de Frege sobre o sentido, e evidentemente pela sua repercussão no meio filosófico. Essa mudança se deve à questão da igualdade de sinais, um problema lógico que sempre acompanhou o filósofo. Na história da Lógica, a igualdade de sinais sempre foi uma preocupação, pois “a Lógica trata dos princípios da inferência válida” (Kneale & Kneale, 1991, 3), portanto depende da possibilidade de cálculo do valor de verdade das proposições. É muito importante para a Lógica Formal tradicional que seja possível avaliar a igualdade entre proposições para o cálculo das inferências; daí a preocupação de Frege com as expressões que nada denotam e com as ambigüidades referenciais, todas preocupações advindas dos problemas da relação de igualdade entre proposições ou entre predicados. Como calcular o valor de verdade de um predicado que nada denota? Ou de uma proposição que possui mais de uma referência possível? Depois de refletir sobre essas questões no artigo de 1892, um ano depois, o autor assinala definitivamente seu

redirecionamento, alterando sua notação para a igualdade, passando de ‘ $\equiv$ ’ para o sinal vulgar ‘ $=$ ’ (cf. Kneale & Kneale, 1991, 498).

Essa alteração foi motivada, por assim dizer, no ano anterior, no artigo já citado, quando Frege dissertou sobre a natureza da relação entre expressão e objeto. Ele se perguntava como seria possível informar a diferença entre duas sentenças, tendo em vista o mesmo objeto a que se referem. O problema foi colocado dessa forma: $a=a$, sendo uma sentença analítica, sustenta-se *a priori*, enquanto que $a=b$ depende do nosso conhecimento sobre o objeto referido por a e por b . Acontece que, se $a=b$ for verdadeira, essa relação corresponde a $a=a$. Devemos concluir assim que não há qualquer diferença entre expressar $a=a$ ou $a=b$. Todavia, não é o que se intui quando se confronta esse tipo de relação de igualdade na linguagem ordinária. São os casos dos consagrados exemplos no texto de Frege:

(1) A estrela da manhã é a estrela da manhã.

(2) A estrela da manhã é a estrela da tarde.

Sabe-se que o objeto a que se referem essas expressões ‘a estrela da manhã’ e ‘a estrela da tarde’ é o mesmo, a saber, o planeta Vênus. O que, então, diferenciaria (1) e (2)? Para resolver esse problema, conhecido como “paradoxo da identidade” (cf. Almeida, 1995),

⁴ Utilizo tradução brasileira: Frege (1978a). Cf. nota 2 deste capítulo.

Frege trabalha a noção de sentido, afirmando que este é *o modo de apresentação* do objeto referido pela expressão, e o elemento capaz de, num caso como o das sentenças anteriores, diferenciá-las. O autor procura explicar essa noção através da imagem do funcionamento do telescópio:

Alguém observa a lua através de um telescópio.

Comparo a própria lua à referência; ela é o objeto da observação, proporcionado pela imagem real projetada pela lente no interior do telescópio; [esta] comparo-a ao sentido. (Frege, 1978a, 65)

Dependendo da lente (ou expressão) utilizada pelo observador (ou falante) o sentido será um ou outro. Sendo assim, Frege pretende explicar porque sentenças compostas por expressões como a ‘estrela da manhã’ e a ‘estrela da tarde’ possuem sentidos diferentes, mas a mesma referência. Acompanhando o trecho acima, podemos pensar que ‘referência’ e ‘referente’ são indistintos para Frege, já que ele afirma, por exemplo, que a própria lua é a referência, na metáfora do telescópio. Por bastante tempo interpretei dessa maneira o texto de Frege, além de tentar justificar alguma intempérie da tradução. De fato, conforme apontei na seção anterior, o termo *Bedeutung* é deveras problemático, de

acordo com os diversos tradutores⁵. No entanto, acredito que, se conseguirmos entender um pouco de que maneira Frege pretendia resolver alguns problemas no texto em questão, é um bom caminho para procurar enxergar alguns pressupostos teóricos da teoria fregiana, e assim perceber a aparente sobreposição dos sentidos de ‘referência’ e de ‘referente’.

Num outro artigo, provavelmente escrito na mesma época, traduzido ‘Digressões sobre o sentido e a referência’⁶, Frege defende explicitamente a aptidão que só a Lógica Extensional teria para resolver os problemas referenciais que podem surgir na linguagem, como as ambigüidades ou os nomes que nada referem. “A extensão de um termo é o conjunto das coisas ao qual ele é aplicável” (Kneale & Kneale, 1991, 323). Isso significa que a extensão de um nome são os objetos aos quais ele pode se referir, p.e. a extensão de ‘elefante’ é o conjunto de todos os animais que são referidos pelo termo ‘elefante’, da mesma forma que a extensão do termo ‘Sigmund Freud’ é o homem a que nos referimos através de ‘Sigmund Freud’. A Lógica Extensional prioriza o cálculo do valor de verdade a partir dos elementos que compõem esses conjuntos extensionais dos nomes, buscando na atribuição do valor esses elementos no mundo.

⁵ Não somente os já citados Kneale & Kneale (1991) discorreram sobre os percalços dessa tradução, como também lógicos renomados, como Carnap (1947).

⁶ Este artigo, ainda que tenha sido escrito entre 1892 e 1895, só foi publicado postumamente, sob o título *Ausführungen über Sinn und Bedeutung*, em FREGE, G. *Nachgelassene Schrift*, org. H. Hermes, F. Kambartel & F. Kaulbach, em 1970. Utilizo tradução brasileira Frege (1978b).

[...] em Lógica, não importa como se originam pensamentos a partir de outros pensamentos sem considerar seu valor de verdade; que se tem de passar do pensamento para o valor de verdade, ou mais genericamente, do sentido para a referência. (Frege, 1978b, 113).

Seguindo essa linha argumentativa, Frege defende que “os nomes próprios de um objeto podem substituir uns aos outros sem prejuízo da verdade”, ainda que ele também reconheça que “naturalmente, com tais substituições, alterar-se-á o pensamento; este, no entanto, é o sentido da sentença, não sua referência” (Frege, 1978b, 108). Assim, Frege defende que a livre substituição de expressões singulares co-referenciais em uma proposição não preserva a identidade do sentido, mas pode garantir a preservação da mesma referência, dependendo do contexto proposicional em questão. Ora, o que preocupa Frege, portanto, é a questão da verdade⁷, a mola mestra da Lógica Formal. Questões como a diferença entre as sentenças (1) e (2) são um problema extensional, pois, sendo

⁷ Não quero parecer aqui ser conclusiva a respeito do trabalho de Frege sobre a referência. Ao contrário, Frege, ainda que declaradamente comprometido com a concepção extensional da Lógica, empenhou-se em entender a distinção entre referência e sentido e a relevância do papel deste último na linguagem ordinária. A reflexão fregeana a respeito da referência, acredito, não está esgotada nesta afirmação. Pretendo aqui apenas ressaltar a questão do valor de verdade que aparece tão repetidamente no trabalho de Frege, e que é primordial para entender o percurso das discussões que vieram depois dele a respeito das expressões referenciais.

a referência o próprio objeto, só pode ser avaliada por uma pressuposta correspondência entre a expressão e um referente no mundo ao qual ela remete, e o resultado dessa avaliação deve ser um valor de verdade.

Dessa maneira, o exemplo (2) pode ser avaliado se procurarmos no mundo seu referente, isto é, o planeta Vênus. A asserção ‘A estrela da manhã é uma estrela brilhante’ pode assim ser considerada falsa, se se baseia no fato de que a estrela da manhã não é uma estrela, mas um planeta; e por outro lado pode-se considerar verdadeira a sentença ‘A estrela da manhã gira em torno de uma estrela chamada Sol’ pelo mesmo motivo. A negação dessas asserções falseiam o valor de verdade de cada uma delas.

Tendo como ponto de partida que a referência é uma relação com objetos do mundo, Frege não descarta a existência de expressões que nada denotam. Ele afirma que tais expressões possuem sentido, mas não referência. A utilidade da noção fregiana de sentido nestes casos é bastante clara, pois não somente resolve a questão de saber como trabalhar expressões como ‘a série que converge menos rapidamente’, que “tem um sentido, mas provavelmente não tem referência, já que a cada série convergente dada, uma outra que converge menos rapidamente pode sempre ser encontrada.” (Frege, 1978a, 63). Uma formulação como ‘Existem expressões que possuem sentido mas não possuem referência’ é capaz de manter intacta a noção de referência como valor de verdade, porque se isenta de incluir entre os fenômenos aceitos como referenciais

uma série de expressões definidas singulares, como ‘a estrela mais distante da Terra’, ou ‘o primeiro cachorro domesticado’, que dificultariam bastante o trabalho dos semanticistas lógicos na atribuição do valor de verdade de sentenças que contém tais expressões.

Por outro lado, quando o valor de verdade da sentença é colocado em questão, não pela negação do predicado, mas pela inexistência de um objeto que recaia sobre uma expressão que deve ter não somente um sentido, como as que vimos anteriormente, mas também uma referência, então Frege inicia a discussão sobre *posto* e *pressuposto*, provavelmente o primeiro passo para entender os problemas encontrados nas descrições definidas:

Se algo é asserido, pressupõe-se obviamente que os nomes próprios usados, simples ou compostos, têm referência. Quando se asserir que ‘Kepler morreu na miséria’, pressupõe-se que o nome ‘Kepler’ designa algo; mas disso não se segue que o sentido da sentença ‘Kepler morreu na miséria’ encerre o pensamento de que o nome ‘Kepler’ designa alguma coisa. Se esse fosse o caso, a negação não seria ‘Kepler não morreu na miséria’, mas ‘Kepler não morreu na miséria, ou o nome ‘Kepler’ carece de referência.’ Que o nome ‘Kepler’ designa algo é uma pressuposição

tanto da asserção ‘Kepler morreu na miséria’, quanto da asserção contrária. (Frege, 1978a, 75)

Dessa forma, que os nomes próprios das asserções (entendendo-se nomes próprios como todas as expressões cuja referência seja um objeto determinado) construam referência não é função da asserção, e sim *determinante* da própria existência da asserção. Só posso afirmar que ‘Kepler morreu na miséria’ porque pressuponho que existe um objeto que recai sobre o nome ‘Kepler’. Negar o pressuposto não significa negar a asserção. “Se ‘Kepler não existe’, então ‘Kepler não morreu na miséria’” é um raciocínio errôneo, pois a relação entre pressuposto e posto não é a de premissas, mas atributo mínimo para o valor de verdade da asserção. Se ‘Kepler não existe’, então ‘Kepler morreu na miséria’ e sua negativa não podem ser nem verdadeiras nem falsas. Para Frege, a questão da verdade de sentença cuja expressão referencial nada denota simplesmente não se coloca. Vejamos:

$p(x)$ ‘Kepler morreu na miséria’

$\neg p(x)$ ‘Não é verdade que Kepler morreu na miséria’

x ‘Kepler’

Nega-se x Nega-se a existência de Kepler

	x	$\neg x$
--	-----	----------

p	V ou F	*
$\bar{p}$	V ou F	*

De acordo com a notação acima, só não é possível calcular o valor de verdade de sentenças cuja referência pressuposta é negada.

Refutando essa concepção do par sentido/referência de Frege, Russell, no texto *On denoting*⁸, desenvolveu uma outra hipótese: a sua conhecida teoria das descrições definidas. Russell concorda em vários pontos com a teoria fregiana, assumindo também a existência do chamado “paradoxo da identidade”, em que a livre substituição de expressões singulares co-referenciais altera o sentido da proposição⁹. No entanto, Russell defende que esse paradoxo somente seria válido para expressões complexas, ou seja, descrições definidas compostas por mais de um termo, como ‘o autor de *Vidas secas*’. Sua tese nuclear é que uma descrição não constitui uma unidade semântica autônoma, diferentemente dos *nomes próprios*, que resultariam de uma imposição arbitrária. Essa distinção entre descrições e nomes próprios é a base da teoria russelliana. Nome próprio é, para Russell, uma unidade lógica delimitável do tipo x , sendo arbitrariamente relacionado ao objeto que ele nomeia. As descrições definidas, por sua vez, devem ser interpretadas como ocorrências *secundárias* das sentenças, constituindo uma unidade gramatical resul-

⁸ Originalmente publicado em 1905. Utilizo tradução brasileira de 1978a.

⁹ Cf. Almeida, 1995, 89.

tante de um agrupamento de palavras relacionadas logicamente, o que ordinariamente significa que é desnecessário que eu saiba *o que* ou *quem* está sendo designado por uma determinada descrição para que eu faça uma afirmação sobre ela. Uma análise das sentenças abaixo pode ilustrar essa distinção:

(3) Graciliano Ramos foi um homem.

(4) O autor de *Vidas secas* foi um homem.

De acordo com a linha argumentativa de Russell, (3) é um enunciado de forma lógica do tipo '*x* foi um homem'. Por outro lado, (4) não é um enunciado de forma '*x* foi um homem'. A expressão 'o autor de *Vidas secas*' é uma sentença a ser interpretada como 'Uma e somente uma entidade escreveu *Vidas secas*', o que resulta que (4) deve ser lido como 'Uma e somente uma entidade escreveu *Vidas secas*, e tal entidade foi um homem'. Daí Russell dizer que as descrições definidas são *ocorrências secundárias*, aquelas que sucedem de uma ocorrência primária composta por expressões singulares complexas. Sendo dessa forma, devo ter conhecimento de qual entidade um ato arbitrário designou como 'Graciliano Ramos' para poder asserir (3); entretanto, não é necessário que eu tenha a mesma atitude quando utilizo a expressão 'o autor de *Vidas secas*', já que posso asserir uma sentença do tipo:

(5) O autor de *Vidas secas* é um excelente escritor.

sem, no entanto, estar me referindo a Graciliano Ramos, mas sim me valendo da estrutura lógica da descrição que me permite interpretá-la, por exemplo, como ‘Quem escreveu *Vidas secas*, não importa quem seja, é um excelente escritor’¹⁰. Na medida em que divide as expressões referenciais singulares em nomes próprios e descrições definidas, Russell confronta a distinção sentido/referência de Frege, e argumenta que este par é aplicável somente às descrições, enquanto afirma que os nomes próprios têm apenas referência, denotam objeto que nomeiam, e nunca expressam sentido.

Generalizando, o autor pretende também abarcar não só o funcionamento de expressões referenciais como as de (4), em que o objeto referido é identificável no mundo (no caso, o homem Graciliano Ramos), mas também o problema das expressões singulares que nada denotam, como ‘o atual rei da França’:

Se ‘C’ é uma expressão denotativa, digamos ‘o termo que possui a propriedade F’, então ‘C tem a proprie-

¹⁰ Keith Donnellan interpreta esse comportamento da descrição definida de maneira bastante diferente de Russell, e apresenta ainda aspectos das expressões referenciais complexas que foram ignorados pela argumentação russelliana. Adiante exporei a teoria de Donnellan.

dade ϕ ' significa 'um e somente um termo tem a propriedade F , e esse termo tem a propriedade ϕ '. Se, entretanto, a propriedade F não pertence a termo algum, ou a vários termos, segue-se que ' C tem a propriedade ϕ ' é falsa para *todos* os valores de ϕ . Assim, 'o atual rei da França é calvo' é certamente falsa; e 'o atual rei da França não é calvo' é falsa se significa 'existe uma entidade que é agora rei da França e não é calvo', mas é verdadeira se significa 'é falso que existe uma entidade que é agora rei da França e é calvo'. (Russell, 1978a, 12)

Considerando, então, as descrições definidas como proposições dentro de proposições, Russell alega que quando uma asserção é feita utilizando uma expressão referencial que nada denota, está-se asserindo tal expressão como uma ocorrência *primária*, do tipo x , e o problema surgiria porque essa não seria uma classificação correta; tal expressão seria de fato uma ocorrência *secundária*, e a proposição afirmada por tal ocorrência seria falsa, já que ela não denota qualquer objeto no mundo. A falsidade dessa proposição que compõe a descrição definida deve falsear também a proposição que compõe a sentença.

Assim, o famoso exemplo 'O atual rei da França é calvo' é uma proposição falsa se considerarmos a descrição definida 'o atual rei

da França' como *primária*, e podemos tê-la também como falsa na negação 'O atual rei da França não é calvo', se novamente considerarmos esta expressão referencial como *primária*. Se a considerarmos como *secundária*, negamos a proposição menor 'Existe um e somente um que é rei da França', e então a negativa 'O atual rei da França não é calvo' pode ser considerada verdadeira, já que assumiríamos que a partícula de negação incide sobre a proposição da descrição definida.

Com essa argumentação, Russell deseja rebater não somente a tese de Frege de que sentenças compostas por expressões referenciais que nada denotam, como 'O atual rei da França', não devem ser submetidas ao cálculo de valor de verdade porque seu pressuposto, a existência de um rei da França na atualidade, é falso. Russell apresenta sua teoria também como alternativa à de Meinong¹¹. Este autor defende que qualquer expressão referencial gramaticalmente correta denota um objeto, mesmo que este objeto não seja encontrado no mundo. Dessa maneira, 'o quadrado redondo' é uma expressão referencial que denota um objeto suposto, ainda que nunca possamos encontrar tal objeto no mundo. O problema que Russell encontra na teoria de Meinong é que esta infringiria a lei de contradição, pois a admissão do uso legítimo de uma expressão como 'o quadrado redondo' sustenta logicamente tanto a afirmação 'O quadrado redondo é redondo', quanto o contrário 'O quadrado redondo não é redondo'. O que Russell pretende preservar é a condição lógica

da referência, preservando dessa forma os princípios que garantem o cálculo veritativo para as sentenças compostas por qualquer expressão referencial.

Algumas afirmações suas que serviram a esse propósito logicista tornaram-se, por isso mesmo, seus maiores problemas: Russell garante, por exemplo, que sua teoria das descrições atende também aos usos referenciais na linguagem vulgar, fazendo surgir então questões que passariam despercebidas caso admitíssemos como seu objeto de estudo apenas as estruturas lingüísticas lógicas. Conforme apontam Kneale & Kneale (1991, 603), Russell cometeu este erro levado pelo desejo de sair da teoria de Meinong, a que mais contraria princípios da Lógica, mais do que da de Frege. Mas Strawson (1977a) não considerou esta uma boa justificativa para deixar de lado essa categórica atitude russelliana diante da linguagem ordinária. Participante do chamado grupo de Oxford, sob a influência dos trabalhos de G. E. Moore, Strawson escreveu seu artigo *On referring*, publicado em 1950, em *Mind*, volume 59. Numa das traduções francesas do texto original, a tradutora Judith Milner acrescentou uma pequena nota para o título: “As razões desta tradução do título *On referring* deverá surgir do próprio texto” (Strawson, 1977a, 9). O título em francês é *De l’acte de référence*, e ao ler o texto podemos perceber que ele marca bem, como notou Milner, o que embasa toda a contestação

¹¹ Meinong (1904), rebatido por Russell no texto *On denoting*.

de Strawson à teoria das descrições definidas de Russell: a teoria dos Atos de Fala.

Strawson procura mostrar que existe uma distinção fundamental entre *uma expressão* e *o uso da expressão*, e conseqüentemente entre referir-se a uma entidade e afirmar a existência de uma entidade. Enquanto Russell procurou patrocinar a idéia de que se referir a algo é afirmar sua existência, Strawson retoma a argumentação de Frege de que a referência pressupõe a existência de uma entidade, o que não quer necessariamente dizer que tal entidade exista. Uma sentença, portanto, não é um atestado de certo valor veritativo sobre algo. *Referir* é um ato de fala, e as proposições que surgem na análise de uma sentença qualquer devem levar em conta a singularidade de cada *uso* da expressão referencial singular. É em função deste uso que se atribuirá o valor de verdade da sentença. Um enunciado como

(6) Eu estou com calor.

cuja notação poderia ser (x, C) , x correspondendo a 'eu' e C ao predicado 'estou com calor', para cada valor de x , varia o valor de verdade da proposição. Sentenças como estas jamais podem ser falseadas ou confirmadas sem levar em conta as variáveis enunciativas. Em seu tratado de metafísica, *Les individus*, publicado nove anos depois do arti-

go De l'acte de référence, Strawson confirma a importância da prática enunciativa para sua filosofia da linguagem:

Quando um locutor instaura um processo de referência, é seu próprio círculo imediato que lhe forneça pontos de referências comuns em relação aos quais possa ser assegurada a natureza única da referência a todo outro elemento pertencente ao quadro espaço-temporal único no qual está o próprio locutor situado. (Strawson, 1973, 131)

Dessa maneira, o autor insere falante, tempo e espaço no próprio funcionamento proposicional, sendo tais componentes determinantes do valor de verdade de qualquer sentença. Strawson quer mostrar que uma sentença como 'O atual rei da França é calvo' deve ser analisada tendo em vista o momento da enunciação, ou seja, para falsear ou afirmar tal sentença é necessário saber quem disse, quando disse, em que lugar, que 'O atual rei da França é calvo', e então saber se de fato é possível calcular um valor de verdade para a proposição resultante da análise.

Neste ponto, Strawson argumenta que as defesas de Russell contém equivocados valores teóricos para os elementos envolvidos na construção da referência. Russell teria, de acordo com aquele autor,

confundido as expressões referenciais com o *uso* das expressões referenciais num contexto particular (no caso do famoso exemplo, o contexto em que não mais havia uma monarquia francesa), confundido dessa forma ‘significar’ com ‘referir’. A partir disso, Strawson contesta a afirmação presente na teoria russelliana de que o significado de uma expressão referencial definida *deve* ser o objeto particular ao qual ela se refere.

Em ocasião anterior¹², Frege já não havia aceito esta firme convicção de Russell de que os próprios objetos da referência podem ser constituintes da proposição. Frege considerava absurdo admitir, por exemplo, que cada pedaço de lava congelada que constitui o vulcão Etna pudesse estar contido numa sentença composta pela expressão referencial ‘Etna’ (Almeida, 1995, 94-95).

Seguindo esta linha fregiana, Strawson também defende que a questão do valor de verdade de uma sentença que contém uma expressão referencial que nada denota não se coloca, pois:

Dizer: ‘O rei da França é calvo’ *implica*, em um certo sentido desta palavra, que existe um rei da França. Entretanto, trata-se aqui de um sentido muito especial e inabitual de ‘implica’ (*implies*). ‘Implica’,

¹² Em carta a Philip Jourdain, publicada em FREGE, G. *Philosophical and mathematical correspondence*. Chicago: University Press, 1980; *apud* Almeida, 1995, 94-95.

neste sentido, não é certamente o equivalente de ‘acarretar’ (*entails*) (ou ‘implica logicamente’). E isso vem do fato de que no momento em que, em resposta a esse enunciado, nós dizemos (como devemos): ‘Não existe rei da França’, nós não devemos certamente dizer que contradizemos a afirmação de que o rei da França é calvo. Nós certamente não dizemos que esta afirmação é falsa. Nós indicamos bem antes uma razão para dizer que a questão de saber se ela é verdadeira ou falsa simplesmente não se coloca. (Strawson, 1977a, 22)

Essa noção “especial e inabitual” de ‘implicação’ é, sem dúvida, a mesma ‘pressuposição’ de Frege. Strawson destaca, como mostramos que Frege também percebeu, que uma expressão referencial pode ou não exprimir sentido, de acordo com a sua boa formação gramatical; o que possibilita o funcionamento de sentenças como ‘a série que converge menos rapidamente’ (cf. Frege, 1978a, 63). Mas a referência que se atribui a qualquer sentença que contenha uma expressão referencial, seja ela definida ou não, é uma função do uso que for dado a tal sentença. E mais: o tipo de negativa produzida pela enunciação de uma sentença como ‘o atual rei da França é calvo’ não está relacionado à proposição principal, mas à proposição pressuposta ‘Existe um e somente um rei

de França'. Até aqui poderíamos perceber o mesmo raciocínio que fez Russell ao tratar do problema. Mas Strawson, como Frege, defende que negar a proposição pressuposta não implica (no sentido lógico) negar a proposição principal, e que a verdade ou falsidade desta última não pode ser avaliada.

Mais tarde, Strawson (1977b) reavaliou sua posição sobre o “erro” de Russell, afirmando que ambos trataram de fato de dois aspectos diferentes das propriedades das sentenças, cada um modelando sua teoria com o fim de acentuar seus interesses (cf. Lyons, 1980, 152).

Entretanto, a importância da introdução da noção de ‘uso’ feita por Strawson para o entendimento da referência singular definida merece de fato reconhecimento na discussão que veio depois com a teoria de Keith Donnellan (1975), sobre a dupla função das descrições definidas. Neste texto, *Reference and definite descriptions*, originalmente publicado em 1966, na *Philosophical Review*, Donnellan elabora uma crítica direta a Strawson, argumentando que este autor sobrepõe o uso à *função* da expressão definida singular. De acordo com sua interpretação, Strawson teria negligenciado uma das ocorrências possíveis das descrições definidas, e por isso concordado com Russell, tratando como ponto pacífico que a função de tais expressões é referir.

Essa idéia de que termos singulares podem ter duas funções diferentes remonta à Idade Média, quando essas diferenças eram nomeadas de afirmações *de dicto* e *de re*. Sobre uma mesma afirmação, que contém

um termo singular, duas situações podem ser consideradas. 1) A afirmação pode ser tomada como sendo sobre os individuais - tipicamente diferentes - que são retirados pelo termo singular de um dos vários possíveis mundos, o que produz a afirmação *de dicto*. 2) Contudo, tal afirmação também pode ser tomada como sendo sobre um certo indivíduo particular que o termo singular retira do mundo, resultando na função *de re* (cf. Hintikka, 1973, 202-203). *De dicto* pode ser simbolizada por uma função simples, em que a expressão definida é interpretada como se referindo a qualquer entidade que contenha a característica constituinte da descrição definida presente na afirmação. *De re*, por sua vez, requer uma notação complexa, que leve em conta a unicidade garantida pela interpretação da expressão em uso. Formalmente:

De dicto $F(a)$, leia-se ‘para todo a , F ’

De re $(\exists x)(x=a \& F(x))$, leia-se ‘existe um e somente um x , tal que x corresponde a a , e para x , F ’

Donnellan defende que, para resolver o problema dos exemplos de expressões referenciais que nada denotam, exaurivelmente discutidos desde Frege até Strawson, é necessário assumir que as descrições definidas podem ocorrer em frases singulares tanto com uso *de re*, que ele chamou de *uso referencial*, quanto com uso *de dicto*, ou *uso atributivo*. O que determinaria essa diferença? Para este autor, a opção para se sa-

ber qual dos dois usos está em questão numa sentença qualquer é dada pela intenção do falante (não necessariamente por suas crenças a respeito do objeto). Na explicação que ele oferece para a sentença

(7) O assassino de Smith é louco.

esclarece-se sua argumentação. Pode-se ter, neste caso, duas interpretações bastante diferentes: 1) digamos que, realmente, Smith tenha sido assassinado brutalmente, pode-se usar essa sentença para dizer ‘não importa quem de fato tenha matado Smith, podemos afirmar que tal pessoa é louca pela maneira brutal com que procedeu no assassinato’; desse modo faz-se um *uso atributivo* da descrição definida ‘o assassino de Smith’. 2) Ou, com outra hipótese, sabendo, ou crendo, ou querendo fazer saber ou pensar que quem assassinou Smith foi, digamos, Jones, usa-se a sentença (7) para afirmar ‘Jones é louco, sabendo/pensando/querendo fazer saber/pensar que ele assassinou Smith, posso dizer que o assassino de Smith é louco’; dessa maneira, faz-se um *uso referencial*.

Donnellan assume que essa hipótese da dupla função das descrições definidas acarreta uma ambigüidade na análise do valor de verdade do uso que o falante está fazendo. Conforme a notação mostrada anteriormente, existem duas proposições possíveis para estes casos, o que pode acarretar dois valores de verdade diversos, pois tais proposi-

ções resultantes da mesma sentença (7) podem obter os dois valores excludentes, verdadeiro e falso. Mas esse percalço pertence à argumentação de Donnellan, sendo encarado como um problema de ter acesso à intenção de um falante específico da sentença (7), e mais as variáveis enunciativas, podendo-se determinar assim a interpretação que deve ser atribuída ao uso deste falante.

Um problema surgiria quando, no uso atributivo, $F(a)$, nada corresponde a a , levantando a questão de saber como calcular o valor de verdade de uma tal proposição resultante de uma expressão referencial, no caso a , que não denota coisa alguma. Donnellan resolve esse impasse acordando com Frege e Strawson em um ponto:

[...] nós podemos dizer, eu acho, que há dois usos das sentenças de forma ‘O ϕ é Ψ ’. No primeiro, se nada é o ϕ , então nada foi dito ser Ψ . No segundo, o fato de que nada é o ϕ não tem essa consequência.
(Donnellan, 1975, 103)

O primeiro uso citado é o atributivo, em que o valor de verdade da sentença ‘O ϕ é Ψ ’ depende da existência de algo/alguém, não importa exatamente o que/quem, que corresponda a ϕ , ou a a , na função $F(a)$, como simbolizamos anteriormente. Se nada corresponde a ϕ (no

exemplo (7), se Smith não morreu, mas matou-se), ou seja, se a expressão referencial utilizada nada denota, então a proposição ‘O ϕ é Ψ ’ não é nem verdadeira nem falsa. Por outro lado, no uso referencial, algo/alguém é que determina o valor de verdade da sentença, isto é, não importa que algo/alguém possua ou não os atributos de ϕ (no caso (7), Jones pode não ser o verdadeiro assassino de Smith mas todos pensam que ele o é), o que importa é que esse algo/alguém seja reconhecido como o objeto a ser identificado no mundo como sujeito de ‘O ϕ é Ψ ’ e sobre o qual possa ou não ser afirmado ‘é Ψ ’.

É possível perceber aqui que Donnellan acorda com Strawson e Frege na hipótese de que as descrições definidas que nada denotam invalidam qualquer análise veritativa da sentença. No entanto, ele considera que isso só é provável no uso atributivo, enquanto no uso referencial, como algo foi dito sobre alguma coisa que deve necessariamente existir (não necessariamente com o atributo ϕ), o valor de verdade da sentença é determinável.

Dessa forma, já teorizando no contexto em que Strawson havia proferido a necessidade de incluir falante, tempo e espaço no estudo do funcionamento da referência, Donnellan pretende efetivamente, com esse raciocínio, acrescentar a essas variáveis a *intenção* do falante, além de atender à demanda que as contestações às teorias precedentes criavam.

3. Alguns pressupostos teóricos do tratamento da referência de Frege a Donnellan

O vocabulário que procurei analisar na seção anterior é conhecido como Filosofia Analítica. Historicamente, ele é herdeiro do vocabulário kantiano, que pretendia por sua vez tornar a filosofia uma teoria geral da representação. Entendia-se, desde Kant, uma *teoria da representação* como um conjunto de critérios para avaliar a maneira pela qual a mente é capaz de construir representações, de modo que estas fossem representações acuradas do que está fora da mente. Os filósofos analíticos cunharam sua variante da filosofia kantiana marcada principalmente por pensar em *representação como antes lingüística* do que mental, e antes em *filosofia da linguagem* que em crítica transcendental (cf. Rorty, 1994).

Essa marca que diferencia os dois momentos históricos do mesmo paradigma (o paradigma da tradição Descartes-Locke-Kant) é ilustrada pelas teorias sobre expressões referenciais, tais como as que foram discutidas até aqui. De Frege a Donnellan, um mesmo objetivo guiou a formulação das hipóteses: estruturar um modelo de funcionamento da referência como um conjunto de critérios para avaliar a maneira pela qual as expressões referenciais são capazes de construir representações, de modo que estas sejam representações acuradas do mundo, ou seja, do que está fora da mente. Vários sinais são deixados nas elabo-

rações dos estudiosos sobre como suas críticas aos modelos referenciais uns dos outros indicam a mesma busca pelos melhores critérios representacionalistas. Esses sinais são o que chamei de pressupostos teóricos, o fio que une esses autores num mesmo objetivo programático. Mas quais seriam esses pressupostos que permitiriam notar que esses esforços para solucionar os problemas nos modelos de expressões referenciais definidas são formas de elaborar a teoria da referência como uma teoria lingüística da representação?

Numa primeira leitura, pode-se notar dois pressupostos mais marcantes: a referência seria um problema proposicional, relacionada com o próprio conceito de conhecimento, e veritativo, já que através dela entramos em contato com o mundo e proferimos asserções verdadeiras ou falsas sobre ele. Tendo em vista a delicada importância desse termo ‘proposição’ para a delimitação dos trabalhos analíticos, ele tem sido relativamente controverso no meio filosófico. Suas definições podem variar de “entidades puramente abstratas” a “subjetivas ou psicológicas”, mas uma grande maioria identificam-na com frases declarativas ou asserções (Lyons, 1980, 119-120). Kneale & Kneale (1991) discutem diversas vezes, no decorrer de sua historiografia da Lógica, a definição de proposição. Especialmente interessante, é a discussão da primeira seção do capítulo X (Kneale & Kneale, 1991, 583-600), que enfatiza a relação entre as definições de proposição e a questão da verdade. Muitos são os problemas que se encontram nessa discussão, e é de fato

difícil precisar como tem sido usado o termo proposição abarcando todas as hipóteses possíveis. No entanto, ainda que a controversa permaneça, a noção de proposição está sempre de alguma forma associada a de *significado de uma declaração*, o que por sua vez tem relação com a possibilidade de *verificação* no mundo das afirmações proposicionais.

A forma declarativa é unanimemente aceita como a melhor forma para o cálculo proposicional veritativo. Não por acaso a definição de proposição encontrada num manual de Lógica é: “se entende por *proposição* toda sentença declarativa que satisfaz aos dois seguintes princípios: • é verdadeira ou é falsa (princípio do terceiro excluído); • não pode ser ao mesmo tempo verdadeira e falsa (princípio da não-contradição).” (Lima, 1993, 21).

As expressões referenciais apontam, nestas frases declarativas nunca contraditórias, aos objetos existentes no mundo de maneira a identificar com exatidão esses objetos, e fazem constar o nosso conhecimento sobre eles através de proposições com valores devidamente calculados. Fornecendo critérios seguros de avaliação da referência, está-se estabelecendo também o meio mais seguro de construir representações do que está fora da mente. Pêcheux (1988) mostra que a controvérsia iniciada por Frege sobre as expressões que nada denotam, de fato, se origina na questão da existência no mundo do objeto referido. Sua crítica está fincada na afirmação fregiana de que toda expressão referencial definida pressupõe a existência do objeto, e que sentenças como ‘Aquele que sal-

vou o mundo morrendo na cruz nunca existiu' deveriam soar como desprovida de qualquer sentido. De Frege em diante, já mostramos que é sobre essa necessidade de se determinar a existência do objeto referido que se baseia toda a polêmica sobre expressões referenciais definidas, sendo sentenças como aquela difíceis de serem trabalhadas sem criar percalços ao estudioso. Ademais, como calcular o valor de verdade de uma proposição resultante de uma sentença cuja expressão referencial nada denota?

A teoria do sentido de Frege ajudou bastante a esclarecer essas "intempéries" sofridas pela referência na linguagem ordinária, permitindo, dessa forma, que fossem explicadas as alterações no funcionamento referencial através de um elemento antes ignorado pelos lógicos no cálculo proposicional. O fato de que uma expressão, além de referência, possui sentido é o que causaria alguns dos problemas de encontrar no mundo o objeto referido. Quando lemos a teoria de Russell para os nomes logicamente próprios, estamos em contato com a radical afirmação de que devem haver tipos de expressão, esses tais nomes logicamente próprios, que, por terem apenas referência e nunca sentido, impliquem logicamente o valor de verdade da proposição existencial que elas produzem. Kneale & Kneale (1991, 603-606) procuram mostrar que a quizila produzida por esta defesa de Russell se estrutura sobre uma teoria do conhecimento que "pode estar errada" pois "o conhecimento que ele atribui à pessoa que fala não pode oferecer nenhuma garantia à

pessoa que ouve”. Mas Russell estava intensamente dedicado a provar que uma teoria da referência pode e deve constar uma teoria da representação acurada, e esses fadados nomes logicamente próprios seriam a certeza absoluta da determinação representacional.

A introdução da noção de *uso*, feita mais tarde por Strawson e seguidamente aproveitada pelos seus debatedores, é mais a sustentação de um outro pressuposto teórico direcionado para aquela idéia de referência como representação. Com esse gesto, Strawson tenta dar conta do problema das variáveis enunciativas: uma teoria da referência deve ser uma teoria da representação tão perfeita da realidade que ela não pode desprezar o tempo, o espaço e o falante. Neste esforço de inserção teórica dessas variáveis, Strawson faz aparecer, e Donnellan confirma no seu par atributivo/referencial, o pressuposto de que as crenças e as intenções do falante determinam a referência de uma sentença em uso, o que se relaciona à idéia de que, quanto mais crenças falsas tivermos, menos estaremos em ‘contato com o mundo’, já que este estaria sendo mal representado. Dessa maneira, ‘referência’ é definida como as duas possibilidades não excludentes de ser

- (a) uma relação factual que se mantém entre uma expressão e alguma porção da realidade, saiba alguém ou não que se mantém;

(b) uma relação puramente ‘intencional’ que pode manter-se entre uma expressão e um objeto (Rorty, 1994, 287)

Em nenhum momento do percurso teórico que analisamos, colocou-se a pergunta se de fato é a referência um problema de verdade representacional, tratando sempre as expressões referenciais como depositárias de um certo “algo” do mundo a ser transmitido para o ouvinte, intermediado pela intencionalidade do falante.

Capítulo 2

*O mal-entendido e as armadilhas dos
pressupostos teóricos da referência
bem sucedida*

1. Epílogo

Derrida (1991) critica a oposição entre atos de fala com sucesso e com fracasso, presente na teoria de Austin [196?]. Por mais revolucionária que suas famosas conferências, em *How to do things with words*, tenham se mostrado, Austin não consegue definitivamente firmar uma posição anti-essencialista, e, de certa forma, chega a corroborar com uma das leituras possíveis de seu trabalho como estando em perfeita sintonia com a tradição fregiana (cf. Rajagopalan, 1990). Ele pretende explicar o fracasso do ato de fala como um *acidente*, em contraposição à *essência* que constitui o ato - ou seja, o sucesso. A essa defesa austinia-

na, Derrida contrapõe o argumento de que a oposição sucesso/fracasso do ato de dizer é muito insuficiente e muito derivada. Ela pressupõe uma elaboração geral e sistemática da estrutura de locução que evitaria uma conseqüente alternância sem fim da essência e do acidente, de maneira que não se coloque em risco a sustentabilidade da própria dicotomia.

O paradigma representacionalista, para a tradição analítica da qual se pode dizer que em certos aspectos Austin faz parte, vê a referência, representação acurada do mundo, como composta por uma essência, que corresponde à situação de sucesso dessa representação, e exclui, por tabela, o que seria accidental, o fracasso representacional. Ou, para utilizar uma metáfora de Derrida, torna o fracasso

uma espécie de *fosso*, de lugar de perdição externo no [*sic*] qual a locução poderia sempre não sair, que poderia evitar permanecendo no seu lugar, em si, ao abrigo da sua essência ou do seu *télos* (Derrida, 1991, 367)

Essa situação de exceção e exclusão em que se encontra o fracasso, no caso, do ato de referir, produziu muitas críticas aos semantistas e filósofos de tradição analítica. Perguntas começaram a ser feitas por estudiosos que perceberam que os pressupostos da referência bem sucedida trazem consigo ônus altos para os problemas atuais que as teo-

rias do significado enfrentam. Quais as implicações de afirmar que referência é avaliável como um valor de verdade proposicional, e que deve ser trabalhada a partir de situações bem sucedidas? Que tipo de análise deve ser aplicada às expressões referenciais para dar conta dos problemas encontrados nos registros chamados “fracassados” de tais expressões? Como então calcular o valor de verdade de sentenças cuja referência parece comprometida por uma certa incerteza de determinação?

A admissão da complexidade do funcionamento dos processos referenciais, da ostensão às frases subordinadas, e o peso da noção de ‘sujeito’ nas mais conhecidas teorias do significado recentes (cf. Henry, 1992) ajudaram a perceber uma certa confusão entre a elaboração de uma teoria que levantasse hipóteses sobre os processos que denominamos referenciais, e a de uma teoria que levantasse hipóteses sobre o que os falantes estão “realmente” falando. Em outras palavras, a confusa pretensão de querer proferir de uma teoria da referência uma teoria do conhecimento.

O esforço desse capítulo será no sentido de discutir porque o processo de exclusão da referência que não obtém o sucesso esperado pelos pressupostos analíticos é tão sistemático nos trabalhos que vimos até agora. Tomando o exemplo do status de uma certa produção “fracassada” da referência conhecida como mal-entendido, tentarei expor algumas das discussões críticas sobre a dificuldade em aceitar que o

que excluimos como acidental na construção da referência é uma possibilidade estrutural da própria atividade de linguagem.

2. A relação da referência com um problema de comunicação: o mal-entendido

Bourdieu (1992) discute a tendência que os sistemas de ordens estabelecidas têm à naturalização de sua própria arbitrariedade. Isto é, de alguma forma, em geral sutil e imperceptível, os sistemas de ordenação das sociedades, p.e. o sistema de divisão sexual do trabalho, camuflam seu caráter convencional e mascaram-se de situações imanentes. Assim também a Semântica lógica, de linha analítica, tendeu a naturalizar a relação entre palavras e objetos, em graus diferentes: da teoria do sentido de Frege, que admite a “imperfeição” da presença de um ou mais sentidos numa construção referencial, à radicalidade representacional da convicção de Russell de que os objetos da referência são os constituintes da proposição. Foucault nos conta

[...] as pessoas perguntavam-se como era possível reconhecer se um signo designava realmente o que significava; a partir do século XVII perguntar-se-á como é que um signo pode estar ligado ao que significa. A tal pergunta a idade clássica responderá pela análise da representação; e, por sua vez, o pensamento moderno responderá pela análise do sentido e da significação. Mas, do mesmo passo, a linguagem

não será mais do que um caso particular da representação (para os clássicos) ou da significação (para nós). (Foucault, 1967?, 67)

Desde antes da tradição analítica tomar corpo, já se iniciava uma construção ilusória entre as expressões e os objetos, considerando estáveis os elementos da ligação entre os dois. Como esta ligação ocorre é que foi sempre o debate entre os teóricos: por uma marca? por um gesto? Dando continuidade às respostas a essa formulação para fazer valer a presença do mundo concreto na atividade referencial, as teorias analíticas aceitaram sem discussão diversos pressupostos, não somente sobre essa identidade entre expressões e objetos, como também sobre o papel humano passivo no processo de produção da referência, e sobre a noção de referência bem sucedida como a possibilidade de apreensão acurada e exata da realidade a que se refere o falante.

Enquanto todo esse arcabouço tomou conta dos estudos sobre a referência, os falantes todos os dias enfrentavam a conhecida experiência do mal-entendido, irritações e constrangimentos causados pela falta de identificação acurada entre expressões referenciais e objetos referidos, pela falta de passividade dos participantes nas atividades linguísticas, pela impossibilidade de apreender exatamente que representação do mundo está sendo expressa na conversação. E tão intrigante quanto, uma situação diversa: falantes diariamente participavam de conversas cujas

expressões referenciais utilizadas careciam de qualquer identidade com os objetos no mundo; falantes estavam a toda hora se confrontando no palco da batalha lingüística, sem necessariamente identificar em qualquer mundo qualquer tipo de objeto referencial em questão - e nem por isso se sentiam ou se caracterizavam em situação de mal-entendido.

Como isso seria possível? Não parece uma contradição que o que esteja “errado” no modelo de referência analítico tanto possa ser classificado como um problema pelos falantes, quanto possa ser absolutamente ignorado pelos mesmos falantes no decorrer da atividade de fala?

Como seria possível que, em determinadas situações, os interlocutores não reconhecessem a referência e o sentido das expressões de forma minimamente ajustada para a troca de informações? Essa pergunta desde muito tempo incomoda, ainda que muitas vezes de maneira diluída, a tradição analítica, pois coloca em xeque a teoria da referência como uma teoria da representação. Não por acaso os estudos que analisamos no capítulo 1 colocam constantemente como problema as expressões que nada denotam, e as ambigüidades na avaliação dos valores proposicionais. Segundo tais estudos, o falante produz uma referência para que o outro reconheça-a de forma que seja possível um reconhecimento da representação do mundo que está sendo construída na atividade de linguagem. Qualquer abalo nesse esquema deve ser considerado dentro

dos pressupostos que sustentam também a referência bem sucedida. Assim tendo em vista a pergunta

(1) Existe uma entidade no mundo conectada ao nosso uso de ‘o atual rei da França’ pela relação de referência?

cujas resposta seja “Não!”, deve ser atribuída, conforme nos mostra Rorty (1994), somente uma das duas soluções para a sentença que utiliza tal expressão referencial:

- a) declará-la falsa (cf. Russell, 1978a) ou desprovida de valor de verdade (cf. Frege, 1978a; Strawson, 1977a);
- b) dividi-la em duas possibilidades: aquela em que é falsa ou sem valor de verdade, porque é a respeito de nada, e aquela que é realmente sobre algum objeto no mundo e, portanto, pode ser verdadeira (cf. Donnellan, 1975)

O mal-entendido, que ocorreria quando a produção lingüística da referência por parte do locutor não efetiva o reconhecimento, por parte do interlocutor, de uma referência que satisfaça minimamente a

situação de fala, impõe muitos questionamentos para as teorias da referência, e enfrentá-los pode significar tanto a cômoda tomada de uma das duas soluções anteriores, quanto uma revisão do vocabulário anterior às próprias teorias, ou seja, dos pressupostos que as sustentam.

Entretanto, sabemos que a proposta de utilizar os fenômenos conhecidos como mal-entendido para questionar o vocabulário analítico sobre a referência não é inerente ao próprio fenômeno. Ao analisar o vocabulário de um texto de Dascal (1986) sobre o mal-entendido, tem-se a oportunidade de perceber que o problema também pode ser de fato discutido e tratado sem estabelecer conflito com os pressupostos da referência bem sucedida. O autor afirma logo no início de seu texto:

Se eu pudesse expressar isso numa fórmula curta e um tanto paradoxal, diria que me parece agora que uma parte significativa do entender tem a ver com o mal-entender. (Dascal, 1986, 200)

Essa afirmação pode ser interpretada sob uma condição, não tanto paradoxal, quanto curiosa. Curiosa porque dessa “fórmula” podemos fazer aparecer perguntas bastante conhecidas dos lingüistas: o que vem a ser “uma parte significativa”? Como definimos “entender”? Quando estamos diante de um “mal-entender”? Além dessas, podemos também formular umas perguntas próprias para o trecho, que numa ca-

deia se unem às primeiras: que tipo de relação está aí estabelecida entre “entender” e “mal-entender” através da expressão “ter a ver”? O que aparece como “paradoxal” para o autor?

O texto de Dascal procura responder com especial ênfase à questão sobre a relação entre entender e mal-entender. De acordo com esse autor, que se apoia em Fillmore (1976)¹, o mal-entendido relaciona-se com o entender na medida em que ambos estão ligados a camadas de um esquema conversacional que é sempre utilizado pelos interlocutores na atividade de linguagem.

[...] acreditamos que essas camadas podem ser discernidas e que a interpretação de uma enunciação não pode, em princípio, desconhecer nenhuma delas para que possa ser ‘totalmente’ entendida. Para simplificar, citemos Fillmore (1976:78): ‘toda vez que interpretamos o que alguém disse ou escreveu, há 4 perguntas que precisamos nos responder: (I) o que ele disse? (II) sobre o que ele estava falando? (III) por que ele se deu o [sic] trabalho de dizer isso? (IV) por

¹ O trabalho utilizado por Dascal é FILLMORE, C. J. *Topics in lexical semantics*. In: COLE, (ed.). *Current issues in linguistics theory*. Bloomington: Indiana University Press, 1976. p. 76-138. *apud* Dascal, 1986, 201 e 216.

que ele disse isso dessa maneira?’ (Dascal, 1986, 201).

São perguntas que, estando ambos os interlocutores, falante e ouvinte, munidos de suas intenções definidas e transparentes um para outro, e de acordo com as respostas, permitem a conversação prosseguir sem maiores traumas:

O mal-entendido pode ocorrer se dermos a resposta ‘errada’ a qualquer uma ou a qualquer combinação das perguntas (I)-(IV). Em outras palavras, o mal-entendido pode ocorrer em qualquer uma das camadas de significação. Um primeiro passo para analisar o mal-entendido é, portanto, identificar a camada na qual ele aparece. [...] Na verdade, o mal-entendido - como o ‘entendimento’ - resulta de formas específicas de interação entre as diferentes camadas. A análise, portanto, requer não só que as camadas sejam identificadas, mas também que os mecanismos da interação em questão sejam descritos, uma vez que o *mau funcionamento* [grifo meu, J.P.P.] dos mesmos pode causar o mal-entendido. (Dascal, 1986, 201)

Dascal pretende mostrar que o mal-entendido deve ser tratado como um fenômeno importante no trabalho com a linguagem. Mas ele defende que, de fato, esta relação entre *entendimento/mal-entendido* é importante na medida em que revela o funcionamento do entendimento. Dessa maneira, como toda dicotomia (cf. Rajagopalan, 1990), esse par não passa de uma hierarquia camuflada, em que o mal-entendido é um “mau funcionamento” do esquema de significação harmônico descrito por Fillmore, um problema na aplicação daquelas perguntas relativamente simples por parte dos interlocutores. Como em toda hierarquia, um elemento se sobrepõe ao outro, e, sem dúvida, neste caso, não é o mal-entendido o membro positivamente valorado do par. Muitas expressões espalhadas pelo texto reiteram essa visão negativa, esse olhar sobre o mal-entendido como um distúrbio do processo natural de construção da significação. Abaixo, algumas:

[...] detectar a camada ou camadas responsáveis pelo mal-entendido e, conseqüentemente, fazerem-se as *correções necessárias*. (Dascal, 1986, 202)

[...] a atenção aos detalhes da estrutura da conversação [...] é necessária para que mal-entendidos sejam *evitados*. (*op. cit.*, 204)

[...] ele pode tomar um cuidado especial para *impe-*
dir que um mal-entendido ocorra. (*op. cit.*, 210)

[...] ele tem que ter meios de *detectar* os mal-
entendidos, e também de *corrigi-los*. (*op. cit.*, 211)

[...] espera-se uma espécie de ‘sistema de gerência
de mal-entendidos’, que consiste de mecanismos de
prevenção, detecção e correção dos mesmos). (*op.*
cit., 211)²

Encontra-se também no desenvolver do texto sinais da dita
“relevância” do mal-entendido para o trabalho de Dascal. Tanto assim o
é que no final do texto ele acrescenta mais duas camadas (Dascal, 1986,
210) àquelas quatro de Fillmore: uma relativa às possíveis ironias
(explicações causais para a violação de alguma das camadas anteriores);
e outra que serviria para saber se está ocorrendo um mal-entendido.

No entanto, pode-se argumentar que seu enfoque não é para
integrar propriamente o mal-entendido ao esquema interpretativo, mas
sim criar um mecanismo que o evidencie e ao mesmo tempo permita *cor-*
rigi-lo. Esse mecanismo só é possível porque Dascal aposta na possibili-
dade de uso racional do esquema entre os interlocutores: responde-se às
primeiras quatro perguntas; mas se ainda assim mantém-se algum tipo de

² Todos os grifos destes trechos foram efetuados por mim, J.P.P.

descompasso conversacional, então é hora de “detectar os mal-entendidos, e também corrigi-los”.

Finalmente, podemos compreender que Dascal considere “um tanto paradoxal” defender a importância do mal-entendido em sua análise: a relação que o autor defende entre entender e mal-entender não pode efetivamente integrar o segundo elemento ao esquema interpretativo; ao contrário, sua importância “paradoxal” está em *ser levado em conta para ser eliminado*.

Esse texto de Dascal nos serve de exemplo da forma como tem sido tratado os problemas que resultam no mal-entendido: intempéries a serem corrigidas, evitadas, impedidas. Assim é que as chamadas “armadilhas da referência”, que podem produzir mal-entendidos, são dissimuladas ou ignoradas em alguns trabalhos analíticos; em outros, são tratadas como anomalias; em outros, são vistas como um entrave, ainda que natural, ao esquema harmônico da interpretação consciente dos interlocutores de suas intenções como falantes.

Essa política da anomalia utilizada para o tratamento do mal-entendido, e conseqüentemente para uma de suas causadoras, a referência mal-sucedida, nos remete àquelas perguntas colocadas logo no início: o que é “uma parte significativa”? como definimos “entender”? e quando estamos diante de um “mal-entender”? A Semântica lógica dispensou alguns esforços em formalizar as respostas a essas perguntas, especialmente às duas primeiras. No entanto, essas formalizações eram mais um

esforço do consenso para manter vários dos pressupostos que encontramos no tratamento analítico da referência. Ou seja, quando um autor como Dascal defende que se deve corrigir um mal-entendido, é porque ele pressupõe que a noção de entendimento deve ser mantida intocada.

3. Negando a oposição sucesso/fracasso da referência

Conforme aponteí no capítulo 1, a tradição analítica tem tratado a referência como um problema proposicional veritativo. Esse tipo de abordagem da referência estruturou-se sobre a *intencionalidade* do falante como determinante de suas ações lingüísticas, e sobre a pretensão de fazer da teoria da referência uma teoria do conhecimento, tornando referir um ato de representar acuradamente o que está no mundo. De acordo com Milner (1987), o falante tem necessidade de uma representação, pois esta última lhe garante suportar o que de fato lhe escapa. Voltando a Bourdieu (1992), os sistemas tendem a tornar natural sua arbitrariedade, tendem a atribuir-lhe valor essencial, e essa ilusão de representabilidade do mundo, na possibilidade de naturalizar a relação entre expressões e objetos, permite ancorar a noção de referência em premissas tais como:

[...] uma dada expressão de uma dada língua natural,
quando usada num dado contexto comunicativo, tem
um dado sentido e um dado valor referencial.

(Mateus et al, 1983, 67)

Por que **um** dado sentido e **um** dado valor referencial? Já Frege, no seu gesto inaugural da tradição que estamos analisando, assumia

que uma expressão referencial pode ter muito mais que um sentido. Nada garante que o contexto comunicativo estruture a unicidade da referência, muito menos a do sentido. Mas a unicidade contextual da referência é almejada pela visão lógico-veritativa e pela necessidade de suportar os percalços que abalam os pressupostos que sustentam a teoria da referência como representação.

Para tratar criticamente essa questão, procurando entender o processo de exclusão do “fracasso”, é imprescindível tomar as críticas de Quine (1968; 1980), cuja atitude ousada contra a tradição lógica é fato notório. Com este autor podemos aprender que muitos argumentos utilizados pelos semanticistas analíticos para sustentar seus pressupostos teóricos são questionáveis em sua própria condição de argumento válido. É o caso da categoria básica para o conceito de referência como representação: *os objetos*. Quine (1980) discute que os problemas em relação à referência puderam estar muitas vezes disfarçados sob a categoria dos objetos. Pode parecer muito claro que exista um conjunto, digamos, *O*, de elementos que denominamos ‘objetos’, e que encontraremos cada correspondente das expressões referenciais nele. No entanto, essa categoria prevê variações em seu próprio interior, conforme o interesse argumentativo da hipótese que a está utilizando. Frege, por exemplo, com a inovação de sua teoria do sentido, admite que o objeto a ser identificado por uma expressão referencial deve abarcar também o sentido desta. Assim, na diferenciação das sentenças

(2) A estrela da manhã é o planeta Vênus.

(3) A estrela da tarde é o planeta Vênus.

podemos encontrar o mesmo objeto, Vênus, visto em dois momentos diferentes da luz do dia. É a metáfora do telescópio (cf. capítulo 1, seção 2). Podemos pensar que o que Frege quis dizer é que, com a expressão ‘a estrela da manhã’, podemos retirar do conjunto *O*, também conhecido como categoria de objetos, o mesmo objeto, planeta Vênus, por lados diferentes. E mais: Frege defende que, quando retiramos do conjunto *O* um certo objeto por um certo lado (um certo sentido), não temos mais acesso aos “outros lados” desse mesmo objeto. Lembremos o que Russell afirmava a esse respeito: uma expressão referencial contém o próprio objeto. Essa posição gerou debate entre os dois, Frege e Russell, porque, diferentemente daquele, este acreditava que, mesmo que seja possível retirar o objeto do conjunto *O* por lados diferentes, o objeto completo, em todos os seus aspectos, estará presente na proposição que contém a expressão referencial correspondente. O conflito está estabelecido em torno da pergunta: ‘Como se conecta uma expressão referencial com um objeto no mundo?’ Que pode ser reformulada:

(4) O que sabemos sobre um objeto no mundo quando usamos uma expressão referencial?

Russell achava que sabemos tudo (todos os pedaços de lava estão contidos na expressão 'Etna'), e Frege achava que, por causa do sentido, sabemos um aspecto do objeto. O que está em questão é o quanto a referência expressa nosso conhecimento do mundo, ou seja, o quanto a expressão referencial é uma representação acurada.

Os problemas referenciais surgidos dessa polêmica podem ser muito mais aprofundados se tentamos responder à pergunta (4) até as últimas conseqüências. Quine faz isso, discutindo a questão da determinação da referência. No percurso que acompanhamos sobre as expressões referenciais singulares definidas, os autores argumentavam que, quanto mais somos capazes de determinar a singularidade e definitude propostas pela expressão utilizada, mais somos capazes de determinar o objeto referido, e portanto calcular seu valor de verdade. Não por acaso algumas das sentenças que causaram problemas entre os filósofos foram decretadas como de valor veritativo incalculável (tal foi o caso da conclusão de Strawson para 'O atual rei da França é calvo').

Entretanto, se acompanhamos o raciocínio de Quine, perceberemos que determinar o objeto referido por uma expressão é uma questão muito mais séria do que simplesmente encontrá-lo ou não no mundo. Muitas dificuldades podem ser levantadas para se apontar um objeto re-

ferido. Vejamos a expressão ‘o homem mais alto da festa’: o ouvinte desta, estando em meio a uma festa, pode erguer a cabeça e procurar entre os convidados um homem alto o suficiente para ser considerado o mais alto do conjunto de homens presentes no lugar. Entretanto, sabe-se que esse mesmo ouvinte pode ser levado a retirar do conjunto *O*, da categoria objetos, alguém que não corresponde ao que o falante retirou, ou porque o ouvinte, impedido por algum contratempo (o homem mais alto está sentado, ou está curvado conversando com outra pessoa, ou já saiu da festa), não consegue ver o homem mais alto, mas um outro também alto; ou porque existia na festa um homem mais alto que passou despercebido pelo falante, mas não pelo ouvinte. Mas essa dificuldade imposta por descrições definidas como esta, já provaram Frege e seus seguidores, pode ser contornada sem abalar os pressupostos teóricos analíticos. Vale dizer que o valor de verdade da sentença ‘O homem mais alto da festa é o dono da casa’ pode ser calculado considerando, como Frege e Strawson, que um certo *x* presente numa festa atende à descrição de homem mais alto, e que este *x* é, para o caso da proposição ser verdadeira, ou não é, para o caso de ser falsa, o dono da casa. Evidentemente, este exemplo facilita a análise porque se intui que expressões comparativas sempre poderão ser satisfeitas por algum objeto. Mas se nos lembrarmos do exemplo de Frege ‘a série que converge menos rapidamente’, que “tem um sentido, mas provadamente não tem referência, já que a cada série convergente dada, uma outra que converge menos rapidamente pode

sempre ser encontrada.” (Frege, 1978a, 63), vamos concluir que não é de todo evidente a garantia referencial produzida por uma expressão comparativa. De qualquer forma, não precisamos sair do vocabulário da Semântica analítica para resolver o impasse: Frege excluiu, então, tais expressões da lista das referenciais (cf. capítulo 1, seção 2).

Para contra-argumentar sobre a ineficácia de tornar a teoria da referência uma resposta à pergunta (4), precisamos de um exemplo que mostre que a referência não é uma relação “natural” entre expressão e objeto, e portanto não satisfaz a uma teoria da representação. Esse exemplo nos é dado por Quine (1980). Defendendo que a *indeterminação* da referência permanece não importa com qual tipo de expressão referencial estejamos trabalhando, este autor apresenta a situação do uso de expressões demonstrativas. Alguém vê um objeto sobre um balcão e, apontando-o, utiliza ‘esta maçã’ para falar sobre ele. Um ouvinte presente escuta e olha para tal objeto, pois não há mais nada sobre o balcão. Ora, trata-se de uma situação simples: não há qualquer dúvida sobre a existência do objeto referido, como havia em ‘o atual rei da França’, nem há como confundi-lo com outros objetos vizinhos, como no caso de ‘o homem mais alto da festa’. Aliás, a legitimidade da condição de expressão referencial de um demonstrativo nunca foi colocada em dúvida. No entanto, observa Quine, nem uma situação ostensiva como esta pode garantir que ‘esta maçã’ seja interpretada como apontando para um objeto único e determinável encontrado no mundo. ‘Esta maçã’ pode es-

tar presente numa dada sentença para designar tanto a maçã inteira, quanto a parte de frente da maçã, ou mesmo um tomate - considerando que o falante imagina tratar-se desse outro objeto, ou tenha simplesmente “esquecido” a expressão convencional para designá-lo (Quine, 1980, 123). Uma sentença

(5) Esta mesa está quebrada.

proferida numa situação similar à ostensão, não deixa de produzir perguntas, se se quer fazer a teoria da referência atender a (4): o que está sendo referido para o predicado ‘está quebrada’, a quina da mesa? O pé da mesa? As dobradiças? Se concordamos com Quine, essas perguntas não são realmente problemas referenciais. É perfeitamente aceitável, do ponto de vista de qualquer falante, que haja a permanência da indeterminação da parte da mesa que está sendo representada. A apreensão do objeto referido fica assim fragmentada, e não mais transparente.

Com esses exemplos, Quine está defendendo a tese de que a referência é impenetrável, no sentido em que não se pode determinar “com toda certeza” o alcance da expressão referencial no mundo. É a famosa tese da *inescrutabilidade da referência*, a base de sua *visão holista*. Para quem acredita que em ‘Etna’ encontramos todas as lavas do vulcão, esta tese pode causar arrepios. Mas Quine (1968) baliza essa noção de refe-

rência inescrutável por uma outra, a de *vagueza*, isto é, “as indeterminações e irregularidades da referência” (Quine, 1968, 137). Para ele, indeterminação e irregularidade referencial são consequência do mecanismo de aprendizagem da referência, de tal forma que sem a *vagueza* característica do processo de produção referencial não seria possível aprender a referir, e talvez nem a significar de maneira geral:

A *vagueza* é essencial na primeira fase da aprendizagem das palavras. Os estímulos que provocam uma resposta verbal, como ‘vermelho’, se descrevem do melhor modo dizendo que formam não uma classe claramente delimitada, mas sim uma distribuição em torno de uma norma central. (Quine, 1968, 97)

O uso das expressões referenciais não tem, portanto, determinação empírica de qualquer tipo, mas é delimitado muito mais por *normas*; em outras palavras, a referência está submetida ao funcionamento do sistema lingüístico, não tendo qualquer tipo de relação causa-consequência com o nosso conhecimento do mundo, e, assim sendo, não podendo conter nas respostas ao seu funcionamento respostas também à questão (4).

Quine foi implacável quando decretou a impossibilidade radical de se averiguar com certeza absoluta qual o referente exato de um sintagma nominal [...]
(Rajagopalan, 1996, 226)

A vagueza expõe a imprevisibilidade, a impossibilidade de regras que prevejam qual representação de qual objeto está sendo elaborada por uma expressão. Quando se assume a *vagueza* da referência, problematiza-se a possibilidade de cálculo veritativo. Em sua resposta a um artigo de Strawson (1977c), Quine (1975) diz que a indeterminação da referência tem relação direta com a questão ontológica, pois o aparato referencial (quantificação, pronome, identidade, predicação, e a distinção entre singular e genérico) impede que apelemos para as brechas do valor de verdade, pois isso agiria, ainda que nos ajudasse a achar termos singulares, simplesmente como uma máxima voluntariamente acrescentada para aliviar nossa indecisão entre sistemas de interpretação igualmente aptos.

Na esteira dessa crítica de Quine, está o problema da crença, ligada ao outro pressuposto da tradição analítica que procura salvaguardar o primeiro: a intenção do falante compõe o esquema referencial. Crença e verdade andam de mãos dadas nos trabalhos analíticos. Em Donnellan (1975), por exemplo, está explícito que as crenças do falante sobre um objeto determina seu uso referencial, e se são falsas suas cren-

ças sobre tal objeto também serão falsas as sentenças que o falante proferir sobre ele, pois suas crenças não representariam acuradamente o mundo. Mas Davidson (1986) mostra que essa noção de crença é, como o valor veritativo, infrutífera para uma teoria da referência:

[...] *crenças, ou sentenças contém verdade para alguém que as compreende* (Davidson, 1986, 308)

Essa definição de *crenças* foi defendida por Davidson em sua Teoria da Coerência. Sua defesa contrapõe-se à teoria da representação da verdade, mostrando que de fato as atitudes proposicionais de uma pessoa, sua fala, crenças, intenções, são verdadeiras, porque existe um princípio legítimo que diz que qualquer uma das atitudes proposicionais é verdadeira se ela é coerente com o conjunto de atitudes proposicionais do falante.

Uma maneira de entender essa relação entre coerência e verdade de um conjunto de atitudes proposicionais é aprofundar na relação entre crença e significado. O que uma sentença significa depende parte das circunstâncias externas que a causaram, e de outra parte, ou um pouco menos, das relações lógico-gramaticais que a sentença estabelece com outras sentenças seguras de verdade (com graus variados de convicção). Sendo essas relações elas mesmas traduzíveis diretamente em cren-

ças, é fácil ver como significado depende de crença. Esse raciocínio cria a possibilidade de descobrir um silogismo do tipo:

(P1) todas as sentenças que consideramos ser verdade
devem necessariamente ter algum significado;

(P2) todas as sentenças que consideramos ter algum
significado devem necessariamente estar em relação
com uma rede coerente de crenças de que essa sen-
tença está segura de verdade;

(C) todas as sentenças que consideramos ser verdade
devem necessariamente estar em relação com uma
rede coerente de crenças de que essa sentença está
segura de verdade.

A verdade, portanto, aparece como uma interpretação de sentenças de significado através de uma rede coerente de crenças, não mais como um valor relativo ao nosso conhecimento do mundo. O valor de verdade torna-se, assim, um instrumento inútil para se avaliar como as coisas são (cf. Rorty, 1994, 293ss). A inutilidade do cálculo veritativo de uma asserção decreta o caráter irrealizável da empreitada analítica de construir uma teoria da referência como uma teoria geral da representação.

Aceitando esse decreto e a conseqüente conclusão de que não vamos responder a (4) ao elaborarmos hipóteses sobre o funcionamento referencial, podemos também dispensar o par sucesso/fracasso da referência. Essa dicotomia é estruturada sobre critérios de julgamento da eficácia com que uma expressão referencial nos informa sobre o mundo. Mal-entendidos referenciais, por exemplos, ocorrem quando um dos interlocutores não é capaz de determinar as informações oferecidas numa dada expressão referencial. Mas Quine nos mostrou que a referência é inescrutável, porque a vagueza compõe sua própria estrutura. Por isso sabemos que não existem critérios para avaliar com exatidão o que expressamos ou compreendemos do mundo quando referimos, e que nem mesmo situações de comunicação conflitantes, como o mal-entendido, podem ser identificadas como problemas, no sentido de interferências, com a referência. Se esta não pode ser determinada, em não importa qual caso de uso efetivo, não há como saber para o que ela realmente aponta, e conseqüentemente não há como considerá-la em sucesso ou fracasso.

4. Um último esforço em direção aos dêiticos

Kneale & Kneale (1991, 606) defendem que o pronome ‘eu’ atende às prerrogativas de um nome logicamente próprio de Russell, pois em qualquer uso implica logicamente o mesmo valor de verdade tanto para quem fala quanto para quem ouve. Se esse for o caso, torna-se um contra-exemplo para a inescrutabilidade da referência. Afinal, pelo menos um elemento da lista das expressões referenciais pode ter sua descrição garantida por critério representacionalista. O funcionamento dêitico pode ser a tábua de salvação da teoria da referência como representação?

O movimento de autodenominação não é o máximo da ostensão dêitica. Adiante, procurarei examinar alguns apontamentos de Kaplan (1978) para o tratamento da ostensão a partir da tradição analítica. Seus argumentos, afinados com o vocabulário semântico analítico, podem ajudar a esclarecer porque nem mesmo a afirmação anterior de Kneale & Kneale pode sustentar a determinação da referência.

Kaplan trabalha certos problemas acerca da referência singular definida que vimos no capítulo 1. Discutindo a teoria de Donnellan a respeito da ambigüidade dos usos referencial e atributivo para descrições definidas, Kaplan apoia-se em Hintikka (1967)³ para observar, logo de

³ O texto em que Kaplan se baseia para traçar essas observações é HINTIKKA, J. Individuals, possible worlds, and epistemic logic. *Noûs*. n° 1, p. 33-62. 1967; *apud* Kaplan, 1978, 222.

início, que os exemplos utilizados por Donnellan (1975) são atos de fala que podem ser acrescidos de operadores intensionais, e que portanto são de natureza bastante diferente de uma frase cuja ambigüidade de interpretação está marcada sintaticamente (e não pragmaticamente). A teoria de Donnellan estaria tentando reafirmar uma antiga defesa na literatura filosófica:

A análise correta de um ato de fala típico [...] distingue *quem* está sendo falado, i.e., o indivíduo sob consideração [...] de *como* ele está sendo caracterizado. (Kaplan, 1978,223)

No entanto, nomes próprios, demonstrativos e quantificação em contextos intensionais são dúvidas que persistem. Por isso, Kaplan aprofunda no problema dos nomes próprios, e toma a distinção entre *proposições gerais* e *proposições singulares* para tomar alguns exemplos e formalizá-los em *mundos possíveis*. Essa formalização implica assumir, como fez Strawson, as variáveis espaço e tempo na análise das proposições, e conseqüentemente no cálculo de seus valores de verdade. Os conjuntos resultantes dessa formalização aparecem como boas soluções para as proposições gerais, do tipo ‘Todo homem é mortal’, donde a notação

(6) $\{\{\text{'todo'}, H\}, M\}$, leia-se ‘esta função assinala a verdade para um dado w e t , se e somente se *todo* o membro de $H(w, t)$ é um membro de $M(w, t)$ ’

Pareceria fácil resolver assim o problema da referência, e homogeneizar as estruturas, dispondo o nome próprio no papel de nome comum. No entanto, Kaplan faz notar que

muitas ou todas das frases denotativas usadas em um enunciado não devem ser consideradas parte do conteúdo do que é dito mas devem muito mais ser pensadas como fatores contextuais que nos ajudam a interpretar um enunciado físico real como tendo um certo conteúdo (Kaplan, 1978, 228).

Três tipos de fatores contextuais entrariam para determinar o conteúdo de uma sentença singular: a) qual língua está sendo falada, inglês, karajá, árabe? b) o que exatamente significa um nome próprio - “das muitas pessoas assim apelidadas, qual um nome próprio significa”? c) qual o papel do uso demonstrativo - paradigmaticamente, apontar, como ‘este livro’?

Enquanto os dois primeiros fatores são considerados por Kaplan como mais óbvios e de análise rápida, o uso demonstrativo das expressões referenciais singulares é melhor explorado. Ele caracteriza-o como aquele em que o falante significa algo através de uma demonstração (ostensão) associada, como o exemplo ‘esta maçã’. Na proposição, ele seria o indivíduo demonstrado, e pouco importaria *como* esse indivíduo é dado pela demonstração. Mas não somente a referência da expressão seria dada pelo uso demonstrativo, também o sentido seria compreendido pelo ouvinte. Assim, seria possível calcular o valor de verdade das proposições contendo usos demonstrativos. Esse uso, então, atuaria no papel de nome próprio pelo conjunto unitário que formaria. Ele apareceria dessa forma como o modelo de uso para uma identificação segura da referência.

Entretanto, Kaplan não se satisfaz com a ostensão como ponto pacífico dessa identificação. Se o demonstrativo é um tipo de uso assegurador da identificação do conteúdo da sentença, ainda assim carece de proximidade suficiente com o objeto, como pudemos notar na crítica de Quine, e Kaplan sugere, para resolver o impasse, um uso demonstrativo de ‘that’, pronome demonstrativo do original em inglês, através da palavra ‘dthat’.

O nome próprio poderia então sofrer o mesmo processo de ser usado demonstrativamente, e indicar seu conteúdo pela ostensão. Mas o autor nota que a demonstração mal garante “um bit” de conhecimento

por descrição, tão mais facilmente adquirido no conhecimento direto através de proposições gerais. Dizer ‘A baleia é um mamífero’ é diferente de dizer ‘Isto[apontando para uma baleia] é aquilo[apontando para um outro animal de mamã]’; o que ilustra os limites de conhecimento pela demonstração. A defesa de Kaplan é que o termo ‘dthat’ estenderia as fronteiras da demonstração e alcançaria com mais precisão o objeto referido, e ainda mantendo sentido e *demonstratum* (denotação).

Os usos demonstrativos ocorrem dentro de um tipo específico de sentença: são aquelas que contêm índices enunciativos, e expressam uma perspectiva espaço-temporal. O mais importante para a tese de Kaplan é que esse tipo de sentença na qual ocorrem os demonstrativos se passam em algum mundo e neste mundo deve haver, *tem de haver*, algum fator crucial que determine o conteúdo da referência em questão. Isso porque a mesma expressão demonstrativa pode referir-se a diferentes *demonstrata* em diferentes mundos ou no mesmo mundo em diferentes tempos (como os nomes próprios). Posto dessa maneira, toma a forma de uma descrição definida comum e poderia assim ser tomado o uso demonstrativo como o correspondente do uso referencial em Donnellan. Mas em Kaplan uso demonstrativo e uso referencial diferem pelo modo como o conteúdo dos enunciados é computado. Este autor chega a assumir uma certa proximidade entre o uso demonstrativo por ele analisado e o uso referencial de Donnellan, já que uma sentença contendo uma descrição definida qualquer pode ter sido usada pela falta de um demons-

trativo como ‘dthat’, ou seja, ambas podem ser identificadas pela mesma função na sentença.

No entanto, diferença crucial reside no fato de que Donnellan defende que *o demonstratum tomado é o entendido*. Kaplan percebe que no uso demonstrativo a falha da referência ocorre, não por erro de interpretação lingüística, mas de interpretação fatural. Apontar algo que não está mais onde se pensava estar pode diferir no valor de verdade da sentença. Este, no uso demonstrativo, é calculado pelo testemunho do enunciado. Ora, se o enunciado é realizado com algum erro fatural, como no exemplo do filho apontado entre outros objetos (Kaplan, 1978, 240), a verdade da afirmação ‘Eu amo isto [apontando para o filho entre tantos outros objetos]’ pode ser considerada em relação à intenção do falante (verdadeiro), ou em relação ao testemunho do enunciado pelo ouvinte (falso, p.e., se o ouvinte entender que foi apontada uma lixeira).

Tendo em vista essa polêmica mesmo no alcance de precisão do uso demonstrativo, Kaplan assume que é frágil resolver tudo pela intencionalidade e pela representabilidade. “Ter em mente” algo não pode ser critério para resolver a questão da verdade em sentenças de uso demonstrativo. Assim, Kaplan desacredita tanto a versão de que a referência é um problema de verdade quanto que a referência é um problema de intencionalidade ou contextualidade. O contexto, em Kaplan, serve apenas para indicar caminhos de interpretação.

Essa discussão é o indicativo de um esforço final em moldar esses problemas à tese representacionista e fazer caber na expressão referencial a sua essencial capacidade de conter o objeto sobre o qual ela recai. Mas se, com nos mostra Kaplan, nem a ostensão garante o sucesso de uma referência, porque insistir na idéia de *sucesso*?

Capítulo 3

*Às últimas conseqüências***1. A referência revisada**

Não será verdade que cada ciência, no fim, se reduz a um certo tipo de mitologia? (Freud, em carta a Einstein, 1932)

O livro sobre os mitos é, ao seu modo, um mito. (Lévi-Strauss, 1964, *apud* Pêcheux, 1993, 67)

O cientista virou um mito. E todo mito é perigoso, porque ele induz o comportamento e inibe o pensamento. (Rubem Alves, 1985, 11)

Essas afirmações, tendo sido pensadas para as ciências em geral, podem também ser pensadas para a Lingüística em particular. Harris

(1981) faz exatamente isso quando discute o mito da linguagem. Ele nos mostra que a Lingüística ortodoxa foi estruturada sobre o mito de que se deve encobrir todos os casos de aparente discrepância entre comportamento lingüístico e regras de linguagem já postuladas. O que quer dizer que, para se manter intactos os pressupostos teóricos que compõem o vocabulário tradicional em Lingüística, deve-se descartar como elemento de análise qualquer questão que exponha um choque entre o que se diz sobre linguagem e o que se testemunha entre falantes.

Essa atitude de exclusão sistemática de certos fenômenos da lista dos lingüísticos é esperada, se concordamos com Lakatos (1980) que os programas de pesquisa científicos são marcados pela sua continuidade, ou seja, pelo esforço dos membros do programa em fazer valer a sua teoria. Neste esforço dos cientistas para fazer valer seus programas encontram-se aplicadas duas heurísticas, dois conjuntos de regras que levam uma a negar terminantemente o que está fora do núcleo do programa (heurística negativa) e a outra a levar em conta certas refutações e trabalhá-las (heurística positiva) desde que esta última não abale a estrutura da primeira.

O objetivo dessa dissertação foi justamente abalar a estrutura da heurística negativa de um grupo de estudos que influenciou as teorias sobre referência no domínio da Lingüística tradicional, isto é, a Semântica analítica. Harris (1981, 152ss) defende que somente levando-se em conta o que é metodicamente excluído podemos desmitificar a lingua-

gem. No caso da referência, vimos que fenômenos foram excluídos para manter o projeto de tornar a teoria da referência uma teoria geral da representação. Fenômenos como o mal-entendido, de acordo com a linha de pesquisa em questão, são exemplo de fracasso do esquema referencial que permitiria a representação do nosso conhecimento do mundo.

Nas críticas de Quine à determinação da referência, e nas de Davidson à eficácia do cálculo de valor de verdade, procurei mostrar que os pressupostos teóricos que sustentam o projeto representacionista da referência são passíveis de questionamentos, e que os contra-exemplos que surgem quando procuramos desfazer a heurística negativa do paradigma analítico sustentam uma desmitificação do problema.

Mas ainda assim, se poderia perguntar: porque questionar essa característica representacionista da referência? Não haveria outras maneiras de tratar o mal-entendido referencial, de forma a acomodá-lo com bons resultados ao paradigma analítico? Vimos que sim, haveria. O trabalho de Dascal (1986) é um bom exemplo de como podemos incorporar críticas pertinentes ao modelo da referência como representação, ao mesmo tempo mantendo tal modelo. Este autor utiliza em seu vocabulário um esquema da heurística positiva: o mal-entendido existe e é um problema para se manter a teoria do esquema de significação transparente; mas podemos acrescentar algum item (no caso, mais uma pergunta a ser respondida na camada conversacional) de forma que esse problema não interfira no esquema elaborado. Antes de Dascal, vimos que o de-

bate analítico em torno das expressões singulares definidas continuou a ser isso: analítico, restrito ao vocabulário herdado de Kant por Frege e passado a seus seguidores.

O que se quer mostrar é que não foi o mal-entendido em si que abriu as portas para as críticas que procuramos elaborar ao modelo representacionalista de referência. Respostas como a de Dascal também são uma opção. Entretanto, a possibilidade de não se optar por estas surge quando se trabalha a partir de um outro ponto de vista, um outro paradigma: ou melhor, quando se atribui uma outra interpretação para o problema.

A crítica de Quine (1968) para a determinação da referência é famosa por contar com muitos exemplos e muitos argumentos retirados de situação de tradução. Isso quer dizer que Quine percebeu que os problemas enfrentados pelos tradutores em seu trabalho são bons exemplos para se questionar a representabilidade das expressões referenciais. Sua tese é de que a tradução de uma língua para outra se parece com a tradução de uma teoria de números para um teoria de conjuntos, em que várias alternativas igualmente boas mas esquemas gerais de tradução não equivalentes são possíveis, e que só se pode falar de tradução correta de uma sentença simples em relação a algum esquema geral de tradução pré-estabelecido (cf. Harman, 1975). Assim Quine explica seu mais famoso exemplo:

Quando se traduz ‘Gavagai’ por ‘Coelho’ apesar das discrepâncias entre significações estimulativas antes imaginadas, se faz porque as ditas significações estimulativas parecem coincidir em grau predominante [...] na medida em que se consegue identificá-las, parecem suscetíveis de eliminação, ou pelo menos de desprezo como efeito de interferências imprecisas. (Quine, 1968, 53)

O tradutor toma uma *decisão* sobre qual a melhor forma de se traduzir uma expressão muito mais por eliminação do que por similitude representacional. Sendo a referência indeterminada, nunca se saberá a que se refere um falante que diz ‘gavagai’, mesmo que ele aponte para um coelho sempre que utiliza tal expressão. Dessa forma, a tarefa da tradução obriga a lidar todo o tempo com essa impossibilidade de se pensar uma teoria representacionalista da referência.

Acredito que discutir tradução oferece a chance de apontar uma outra interpretação ao esquema analítico, e por isso estarei empenhada em indicar como é possível trabalhar a referência levando-se em conta fenômenos de “desvio”.

2. A transformação

Para fincar raízes de uma interpretação ao problema da referência mal-sucedida, é útil continuar nesta linha de problematização. Tomaremos, então, a tradução que assusta e arrepia muitos com suas “palavras mal escolhidas”, com sua “falta de conhecimento do tema traduzido”, ou com “seu desleixo em preservar a integridade do original”; em poucas palavras: a má tradução. Percorreremos um caminho que considero o mais apto, não tanto a esclarecer propriamente o problema da má tradução, mas muito mais a expor nosso vício na concepção de produção de referência, e oferecer uma outra interpretação para pensarmos os “fracassos” referenciais como integrantes do funcionamento da referência.

Bass (1985) analisa uma suposta má tradução feita por Freud (1970) de um texto de Leonardo da Vinci. O trabalho de Bass com essa parte da história da psicanálise é eficaz para introduzir a possibilidade de pensar a referência como uma *transformação*, e não como uma representação. No entanto, antes de tomar propriamente o texto de Bass, gostaria de contar uma pequena história sobre o processo que pode fazer crer em *boas e más traduções*. Essa história possui trechos do texto de Fonda (1987), uma crítica à tradução brasileira da Nova Fronteira de *O nome da rosa*, de Umberto Eco, e foi elaborada a partir da condução que o próprio Fonda dá ao seu texto.

Nossa história começa quando um certo tradutor foi pego de surpresa por uma nota de jornal, que dizia, entre outras coisas: “o texto mostra os diversos cochilos do tradutor, talvez um total despreparo em relação ao assunto, mas com certeza tropeços e incoerências no trato das palavras...”. Qual não foi o susto de nosso amigo tradutor quando notou que se tratava de uma crítica a uma tradução sua de um texto literário. A nota do jornal desfilava diversos “erros” de seu texto: palavras mantidas na língua original, traduções literais demais, sintaxe viciada pela língua fonte, deturpação do estilo do autor, entre outros.

O pobre tradutor já estava para desistir da profissão quando um trecho da crítica lhe chamou a atenção. Entre os seus vários “erros” cometidos, um era claramente decorrente de um erro do próprio autor do original, ao nomear uma personagem histórica famosa com outro nome muito parecido, o que acabou levando o tradutor a manter o nome “errado” em seu trabalho. Mas o importante é que assim o jornal comentava o problema: “Mesmo sendo o próprio autor a fonte do erro, uma correçãozinha na tradução não ia mal”. Depois de ser tachado de maior inimigo da fidelidade ao texto original, o tradutor foi condenado por ser fiel!?

É claro que isso só serviu para consolar o nosso amigo tradutor. Com o tempo, ele se esqueceu da ferrenha crítica, e continuou trabalhando com outros textos. Mas nós não podemos nos esquecer, pois um impasse está criado: afinal, é ou não é para ser fiel ao original?

A tradição tradutológica, lingüística ou literária, costuma defender a fidelidade ao original, não só como uma meta do trabalho mas como critério de avaliação do sucesso da tradução, como mostra o trecho a seguir:

Aceitando como regra primeira a *primazia do sentido* [...] a *literalidade* constitui um dos principais desafios do processo tradutório e medida *bastante confiável* do grau de êxito na *busca da fidelidade*, quer ao texto de partida, quer à língua, cultura e leitores destinatários da tradução. (Aubert, 1987, 20)¹

Percebe-se que *fidelidade* e *literalidade* caminham juntas nos critérios de avaliação das traduções. Ser fiel ao original é manter intacto a referência e/ou o sentido que o autor *quis* dar ao seu texto. A literalidade corrobora para isso na medida em que é a prova cabal da presença dessa referência e/ou sentido no original:

O chamado sentido ‘literal’ é tradicionalmente associado a uma estabilidade de significado, *inerente* à palavra e ao enunciado, que supostamente preserva a linguagem da interferência de quaisquer contextos

e/ou interpretações. (Arrojo & Rajagopalan, 1992, 47)²

‘Inerente’ é uma palavra-chave para entender o que significa ser fiel. Pressupõe-se que exista o sentido do original, aquele que emana do próprio texto, que transcende qualquer cultura, que é inquestionável na sua transparência óbvia. É essa essência do texto que deve ter “primazia” no trabalho do tradutor. De acordo com Aubert (1987), a literalidade, o sentido essencial das palavras, deve ser observado numa tradução, mas o mais importante é prevalecer esse sentido transcendental, que é inerente ao texto. Fazendo prevalecer este, o tradutor acredita estar buscando ser fiel ao original.

O objetivo da fidelidade, então, leva a crer que existe uma sequência de palavras, que é o texto, e cada uma delas carrega o seu sentido literal, inerente, que deve ser traduzido. Mas existe também o sentido figurado que:

[...] é geralmente caracterizado como uma ‘derivação’, um ‘desvio’, [...] e, dependendo do interesse teórico da disciplina que o abordar, a ele se permitem - ou se atribuem - a criatividade, a inven-

¹ Grifos meus.

² Grifos meus.

ção, a ruptura da norma, o inusitado e, principalmente, a *interferência do contexto e dos sujeitos emissores e/ou interpretantes*. (Arrojo, Rajagopalan, *op.cit.*, 47)³

Assim, a tradução deve tentar encontrar esse “desvio” do literal em sua língua, desde que mantenha aquele sentido emanante do texto. É possível então traduzir sentidos figurados, mas com a autoridade de quem está submetido ao texto original.

Dessa forma, pode-se perceber que ser fiel significa submeter-se ao texto original e à sua essência. Essa essência deve ser encontrada na língua-alvo, ou melhor, nas palavras que na língua-alvo correspondem ao conhecimento expresso por essa essência. Se o tradutor faz isso, ele está superando a temível diferença entre as línguas, as tristes diferenças de contextos e interpretações, para chegar aonde importa.

Essas preocupações com o sentido literal soam muito próximas aos estudos analíticos para a referência. A teoria de Donnellan para as descrições definidas, por exemplo, desfila um vocabulário idêntico ao relativo ao ‘sentido literal’ na tradição tradutológica: existiria um uso original da expressão referencial, e para calcular o valor de verdade da sentença que a contém deveríamos estar cientes e sermos fiéis à intenção do falante. A noção de ‘sentido literal’ comunga dos mesmos pressu-

³ Grifos meus.

postos da noção de ‘referência bem sucedida’: ambos requerem a linguagem como um sistema de representação do nosso conhecimento do mundo.

Nesse ponto, podemos voltar à nossa pergunta: se se pode efetuar uma “correçãozinha”, é ou não é para ser fiel? O que é esperado do tradutor? Que ele seja fiel à referência e ao sentido essencial do texto, oferecendo aos leitores de uma dada língua a chance de ler um texto originalmente em outra língua. Como ele fará isso? Bom, ele conhece muito bem as duas línguas em embate; dessa forma, ele conhece em cada língua que palavras expressam quais referências e quais sentidos. Ele lê o original. Ele é um excelente leitor, e determina cada referência, captando cada sentido. Ele vai até uma caixa de palavras que existe em sua mente de conhecedor de língua. Lá ele escolhe palavras que transmitam ao leitor o original. Ele está autorizado a “desviar-se” em algum momento, desde que com o intuito de cumprir o objetivo primordial de transmissão da referência e do sentido essenciais. E lá vai o tradutor, montando um texto com a caixinha de palavras que carregam, já sabemos, o conhecimento do mundo do autor.

Infelizmente, mais uma vez a pergunta volta: mas então por que a “correçãozinha”? É ou não é para transmitir o conhecimento do autor para a tradução? Rapidamente, o tradutor responde: ele cometeu um erro! E nós voltamos uma pergunta: quem disse? O tradutor responde: eu sei, eu conheço esse assunto o suficiente para saber que não é

esta expressão *x* que se refere a tal personagem, mas aquela *y*. De novo a pergunta: mas não é para ser fiel? Não é para fazer “uma tradução não interpretativa e livre de qualquer viés” (Arrojo, 1993, 37)? Não é para “separar o que pertence ao autor daquilo que pertence ao tradutor” (Arrojo, 1993, 37)?

O que o tradutor não sabe é que o que ele faz efetivamente quando traduz é um esforço de leitura, de interpretação, para aproximar-se, por eliminação (cf. Quine, 1968), da referência relativa àquela série de sinais utilizada pela autor. E Derrida confirma:

Tradução é escrita; isto é: não é tradução somente no sentido de transcrição. É uma escrita produtiva chamada para além pelo texto original. (Derrida, 1988, 153)

A ilusão do tradutor, como a de todos os falantes que interpretam, é esta: acreditar que ele transcreve, ou interpreta, de um sistema lingüístico a outro, ou de uma pessoa para outra, essa referência determinável, ou esse sentido original. Mas sua interpretação, além de indeterminada, vai além do que “quis” dizer o autor, porque não há como ter acesso a pensamentos, de quem quer que seja. O tradutor tem sua própria experiência com o assunto traduzido, com seu sistema, sua língua, sua cultura, suas fantasias e desejos. Por isso, pretende “corrigir”

o “erro” do original: sua interpretação vai além do que ele mesmo assume. Quando ele afirma que sabe que aquela palavra está “errada” no original, ele desnuda sua ilusão de fidelidade.

Bass (1985) analisa uma tradução que Freud fez de um texto de Leonardo da Vinci, a partir do qual o pai da Psicanálise procurou confirmar sua teoria sobre sexualidade infantil, fetichismo e homossexualidade, traduzindo *nibio*, do italiano, pelo alemão *Geier*, *abutre*, em vez de *milhafre*, que aparece, de acordo com Bass e outros autores por ele citados, como mais próximo do italiano da época de Leonardo. Como Bass afirma:

Freud continuou a manter que ele via o que nunca foi
- um abutre - por razões motivadas, isto é, porque
cabia muito bem nas relatadas teorias da teoria sexual
infantil e da formação da linguagem ‘egípcia’. (Bass,
1985, 137)

O erro de Freud, ou a correção do tradutor, nada mais são do que desejos de transformar o ambiente do outro no seu. Ele mantém a ilusão de estar sendo fiel, jurando estar apenas trocando a expressão referencial da língua do texto em questão por uma outra correspondente em outra língua. No momento em que se permite a “correçãozinha”,

atrapalha seu esquema ilusório de fidelidade e é flagrado fazendo o que sua tradução é: a transformação do texto de outro em um seu.

Se concordamos com esse esquema complexo envolvido na interpretação lingüística, e portanto também na interpretação da referência, então não é necessário elaborar uma teoria da referência representacional. Podemos insistir com Quine que o uso das expressões referenciais não tem determinação empírica de qualquer tipo, mas é delimitado por *normas*; que a referência está submetida ao funcionamento do sistema lingüístico, não tendo qualquer tipo de relação causa-conseqüência com o nosso conhecimento do mundo.

E concluir que, como conseqüência dessa indeterminação referencial, nossa interpretação é apenas indicativa. Mas produzida não apenas pelos indícios encontrados na fala de nosso interlocutor, mas também encontrados na nossa própria fala, na nossa própria história e experiência com as expressões referenciais em uso.

Summary

This dissertation has the linguistic reference as subject-matter. Its main objective is to analyse the theoretical assumptions of reference studies, within the Analytic tradition Logic Semantic ground, which appears when the problem of reference failure is placed. Through the critics done by Quine (1968), Rorty (1994), Kaplan (1978) and Rajagopalan (1996), this research tries to show that the remarkable presence of certain theoretical assumptions have turned an wide approach to the reference problem impossible, and have reduced the effects of the language in use phenomena, as misunderstanding, on the reference functioning description. This way, the misunderstanding has been treated as deviation, firmed on a “correct” reference model, “expected” on the speak activity.

However we argue that the recurrence of these so called misunderstandings in the language activity requires the incorporation of the deviation phenomena on the linguistic reference description, and also requires the proposal of an holistic description of the reference functioning, criticising the assumptions in which the analytic scholars are based.

Referências bibliográficas*

- ALCOFORADO, Paulo. Introdução. In: FREGE, Gottlob. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978. p. 9-32.
- ALMEIDA, Cláudio de. Russell: o argumento de 'On denoting'. In: CARVALHO, Maria Cecília M. de. *A filosofia analítica no Brasil*. Campinas: Papirus, 1995. p. 85-99.
- ALVES, Rubem. *Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ARROJO, Rosemary. Laplanche traduz o pai da psicanálise: as principais cenas de um romance familiar. In: _____. *Tradução, desconstrução e psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1993. p. 35-50.

* Tanto as referências bibliográficas, quanto a bibliografia consultada e as remissões no corpo da dissertação seguem as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, de agosto de 1989. Orientações não constantes dos procedimentos a que tive acesso foram oferecidas pelos funcionários da biblioteca do IEL/UNICAMP. Agradeço especialmente à estagiária Kátia Soprani Ferreira, pela disposição em revisar todos os meus dados bibliográficos.

- _____, RAJAGOPALAN, Kanavillil. A noção de literalidade: metáfora primordial. In: ARROJO, Rosemary (org.). *O signo desconstruído*. Campinas: Pontes, 1992. p. 47-55.
- AUBERT, Francis. A tradução literal: impossibilidade, inadequação ou meta? *Ilha do desterro*. Florianópolis, n.º 17, p. 13-20. 1987.
- AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. 2ª ed. Cambridge: Harvard University Press, [196?].
- BASS, Alan. On the history of a mistranslation and the psychoanalytic movement. In: GRAHAM, Joseph F. *Difference in translation*. Ithaca: Cornell University Press, 1985. p. 102-141.
- BOURDIEU, Pierre. Structures, habitus, power: basis for a theory of symbolic power. In: _____. *Outline of a theory of practice*. Cambridge: University Press, 1992. p. 159-197.
- CARNAP, R. *Meaning and necessity*. Chicago: University Press, 1947.
- DASCAL, Marcelo. A relevância do mal-entendido. *Cadernos de estudos lingüísticos*. Campinas, n.º 11, p. 199-217. 1986.
- DAVIDSON, Donald. A coherence theory of truth and knowledge. In: LePORE, Ernest. (ed.) *Truth and interpretation*. Oxford: Blackwell, 1986. p. 307-319.
- DERRIDA, Jacques. *Margens da filosofia*. Campinas: Papirus, 1991.
- _____. *The ear of the other: otobiography, transference, translation*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1988.

- DONNELLAN, K. Reference and definite descriptions. In: STEINBERG, D., JAKOBOVITS, L. (ed.). *Semantics*. Cambridge: University Press, 1975. p. 100-114.
- FEYERABEND, Paul. Consolations for the specialist. In: LAKATOS, Imre, MUSGRAVE, Alan (ed.). *Criticism and the growth of knowledge*. New York: Cambridge University Press, 1980. p. 197-230.
- FONDA, Enio Aloisio. A tradução brasileira de *O nome da rosa*, de Umberto Eco. *Alfa*. São Paulo, n.º 31, p. 95-105. 1987.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*: uma arqueologia das ciências humanas. Lisboa: Portugália, [1967?]. (Coleção Problemas 23).
- FREGE, Gottlob. Digressões sobre o sentido e a referência. In: _____. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978b. p. 105-116.
- _____. Sobre o sentido e a referência. In: _____. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978a. p. 60-86.
- FREUD, Sigmund. Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância. In: *Edições Standard Brasileiras das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1970. Vol. XI. p. 53-124.
- GALMICHE, Michel. Les ambiguïtés référentielles ou les pièges de la référence. *Langue française*. Paris, nº 57, p.60-86. fev. 1983.

- HARMAN, Gilbert. An introduction to 'Translation and meaning', chapter two of *Word and object*. In: DAVIDSON, D., HINTIKKA, J. (ed.). *Words and objections: essays on the work of W. V. Quine*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1975. p. 14-26.
- HARRIS, R. *The language myth*. Oxford: Duckworth, 1981.
- HENRY, Paul. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992. (Coleção Repertórios).
- HINTIKKA, Jaakko. Grammar and logic: some borderline problems. In: _____. (ed.). *Approaches to natural language*. Dordrecht: Reidel Publishing Company, 1973. p. 197-214.
- KAPLAN, D. Dthat. In: COLE, P. (ed.). *Syntax and semantics*. New York: Academic Press, 1978. Vol. 9: Pragmatics. p. 221-243.
- KNEALE, William, KNEALE, Marta. *O desenvolvimento da lógica*. 3^a ed. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 2^a ed. São Paulo: Perspectiva, 1987. (Coleção Debates 115).
- LAKATOS, Imre. Falsification and the methodology of scientific research programmes. In: _____., MUSGRAVE, Alan (ed.). *Criticism and the growth of knowledge*. New York: Cambridge University Press, 1980. p. 91-196.
- LIMA, Arlete Cerqueira. *Lógica & linguagem*. 2^a ed. Salvador: UFBA, 1993.

- LYONS, J. *Semântica*. Lisboa: Presença, 1980. Vol. I.
- MASTERMAN, Margaret. The nature of a paradigm. In: LAKATOS, I., MUSGRAVE, A. (ed.). *Criticism and the growth of knowledge*. Cambridge: University Press, 1976. p. 59-89.
- MATEUS, Maria H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 1983
- MILNER, Jean-Claude. *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1994.
- OGDEN, C. K., RICHARDS, I. A. *O significado de significado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. In: GADET, F., HAK, T (org.). 2ª ed. *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. (Coleção Repertórios). p. 61-161.
- _____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: UNICAMP, 1988.
- QUINE, W. V. Falando de objetos. In: RYLE, Gilbert et al. *Ensaaios*. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores). p. 117-131.
- _____. *Palabra y objeto*. Barcelona: Labor, 1968.

____. Replies. In: DAVIDSON, D., HINTIKKA, J. (ed.). *Words and objections: essays on the work of W. V. Quine*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1975. p. 292-352.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. A questão da referência na teoria dos atos de fala. In: CASTRO, M.^a Fausta Pereira de (org.). *O método e o dado no estudo da linguagem*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. (Coleção Repertórios). p. 225-236.

____. Dos dizeres diversos em torno do fazer. *D.E.L.T.A.* Campinas, Vol. 6, nº 2, p. 223-254. 1990.

RORTY, Richard. *A filosofia e o espelho da natureza*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

RUSSELL, Bertrand. Da denotação. In: _____. *Ensaaios escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978a. (Os pensadores). p. 3-14.

____. *Significado e verdade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978b.

STRAWSON, P. F. De l'acte de référence. In: _____. *Études de logique et de linguistique*. Paris: Éditions du Seuil, 1977a. p. 9-38.

____. Intention et convention dans les actes de langage. In: _____. *Études de logique et de linguistique*. Paris: Éditions du Seuil, 1977b. p. 173-194.

____. *Les individus: essais de métaphysique descriptive*. Paris: Éditions du Seuil, 1973.

____. Termes singuliers et prédication. In: _____. *Études de logique et de linguistique*. Paris: Éditions du Seuil, 1977c. p. 67-89.

Bibliografia consultada

- ARROJO, R. (org.) *O signo desconstruído*. Campinas: Pontes, 1992.
- CARVALHO, Maria Cecília M. de. *A filosofia analítica no Brasil*.
Campinas: Papirus, 1995. p. 85-99.
- DAVIDSON, D., HINTIKKA, J. (ed.). *Words and objections: essays on
the work of W. V. Quine*. Dordrecht: D. Reidel Publishing
Company, 1975.
- DERRIDA, Jacques. *L'écriture et la différence*. Paris: Éditions du Seuil,
1979.
- DUCROT, Oswald. *Provar e dizer*. São Paulo: Global, 1981.
- GABBI JR., Osmyr Faria. *Freud: racionalidade, sentido e referência*.
Campinas: UNICAMP, CLE, 1994.
- LePORE, E. *Truth and interpretation*. Oxford: Blackwell, 1992.

- LEWONTIN, R. C. Facts and the factitious in natural sciences. *Critical inquiry*. Chicago, Vol. 18, nº 1, p. 140-153. 1991.
- MAGRO, Cristina. Representação, *virtus dormitiva* e linguagem. [1997?]. Comunicação apresentada no XLV seminário do GEL. Inédito.
- NORRIS, Christopher. Reading Donald Davidson: truth, meaning and right interpretation. In: _____. *Deconstruction and the interest of theory*. London: Parter Published, 1988. p. 59-83.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. A teoria combativa da linguagem. *Estudos lingüísticos*. Jaú, nº XXI, p. 1139-1145. 1992.
- _____. Lingüística e política de representação. [1997?]. Comunicação apresentada no XLV seminário do GEL. Inédito.
- _____. Quem tem medo do holismo? *D.E.L.T.A.* Campinas, Vol. 10, nº 1, p. 73-81. 1994.
- RAMBERG, Bjørn T. *Donald Davidson's philosophy of language: an introduction*. Oxford: Basil Blackwell, 1989.
- RORTY, Richard. *Objectivity, relativism, and truth*. Cambridge: University Press, 1991.
- SCHAFF, Adam. *Introduction à la semantique*. Paris: Anthropos, 1969.
- SEARLE, John R. Referential and attributive. In: _____. *Expression and meaning*. Cambridge: University Press, 1979. p. 137-161.

SILVA, Oswaldo Porchat de Assis Pereira da (ed.). Vida e obra: Ryle, Austin, Quine, Strawson. In: RYLE, Gilbert et al. *Ensaaios*. 2^a ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os pensadores).